

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	23
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	24
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	181.843.316
Preferenciais	0
Total	181.843.316
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	6.041.604	5.754.810	5.741.855
1.01	Ativo Circulante	1.092.887	992.008	746.213
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.063	11.773	8.049
1.01.02	Aplicações Financeiras	964.596	857.014	632.835
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	964.596	857.014	632.835
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	964.596	857.014	632.835
1.01.03	Contas a Receber	85.925	63.596	76.778
1.01.03.01	Clientes	50.293	50.321	52.246
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.632	13.275	24.532
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.096	24.770	18.628
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.096	24.770	18.628
1.01.07	Despesas Antecipadas	245	291	572
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.962	34.564	9.351
1.01.08.03	Outros	4.962	34.564	9.351
1.01.08.03.01	Dividendos e JCP a Receber	0	24.979	0
1.01.08.03.02	Empréstimos a Receber	524	106	226
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	4.438	9.479	9.125
1.02	Ativo Não Circulante	4.948.717	4.762.802	4.995.642
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	93.808	93.341	134.597
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	12.826	11.606	56.080
1.02.01.04	Contas a Receber	51.912	69.078	49.033
1.02.01.04.01	Clientes	5.415	6.599	9.356
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	46.497	62.479	39.677
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.389	8.480	26.985
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	1.389	8.480	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	26.985
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	27.681	4.177	2.499
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	27.681	4.177	2.499

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.02	Investimentos	4.820.031	4.626.715	4.837.271
1.02.02.01	Participações Societárias	3.487.663	3.343.564	3.571.429
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.466.764	3.322.665	3.524.444
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	20.899	20.899	46.985
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	1.332.368	1.283.151	1.265.842
1.02.03	Imobilizado	17.941	20.277	4.963
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.941	20.277	4.963
1.02.04	Intangível	16.937	22.469	18.811
1.02.04.01	Intangíveis	16.937	22.469	18.811
1.02.04.01.03	Softwares	16.937	22.469	18.811

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	6.041.604	5.754.810	5.741.855
2.01	Passivo Circulante	320.169	759.197	841.037
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.264	29.253	29.422
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.264	29.253	29.422
2.01.02	Fornecedores	7.403	9.870	7.563
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.403	9.870	7.563
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.040	10.525	7.983
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.325	5.866	3.200
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	4.325	5.866	3.200
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	715	4.659	4.783
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	164.855	608.513	780.206
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.291	182.942	442.109
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	40.291	182.942	442.109
2.01.04.02	Debêntures	124.564	425.571	338.097
2.01.04.02.01	Encargos Sobre Debêntures	-1.437	-1.414	-2.690
2.01.04.02.02	Debêntures	126.001	426.985	340.787
2.01.05	Outras Obrigações	106.607	101.036	15.863
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.437	7.256	557
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	3.112	775	557
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.325	6.481	0
2.01.05.02	Outros	101.170	93.780	15.306
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	88.018	72.847	0
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	4.182	14.460	5.688
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	9.618
2.01.05.02.06	Receitas Diferidas	8.970	6.473	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.932.442	1.330.363	1.858.052
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.836.065	1.254.730	1.820.605
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	904.469	257.519	429.643

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	904.469	257.519	429.643
2.02.01.02	Debêntures	931.596	997.211	1.390.962
2.02.02	Outras Obrigações	2.985	8.555	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.985	8.555	0
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	2.985	8.555	0
2.02.03	Tributos Diferidos	69.652	46.207	37.031
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	69.652	46.207	37.031
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	69.652	43.842	31.047
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Sobre as Receitas Diferidas	0	2.365	5.984
2.02.04	Provisões	314	297	416
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	314	297	416
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	291	274	393
2.02.04.01.05	Outras Provisões p/ Riscos	23	23	23
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	23.426	20.574	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	23.426	20.574	0
2.02.06.02.01	Receitas Diferidas	23.426	20.574	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.788.993	3.665.250	3.042.766
2.03.01	Capital Social Realizado	3.000.036	2.848.796	2.273.836
2.03.02	Reservas de Capital	319.001	305.376	465.645
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	279.321	279.321	452.082
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	39.680	26.055	13.563
2.03.04	Reservas de Lucros	469.956	511.078	303.285
2.03.04.01	Reserva Legal	191.570	173.040	157.704
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	278.386	338.038	145.581

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	387.407	372.515	350.321
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-130.359	-128.345	-124.177
3.03	Resultado Bruto	257.048	244.170	226.144
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	266.259	283.350	124.992
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-115.865	-106.852	-108.709
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	38.850	34.058	3.423
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-25.612	-1.266	3.990
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	368.886	357.410	226.288
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	523.307	527.520	351.136
3.06	Resultado Financeiro	-124.669	-208.000	-513.781
3.06.01	Receitas Financeiras	129.421	117.770	103.569
3.06.01.01	Receitas Financeiras	129.421	117.770	103.569
3.06.02	Despesas Financeiras	-254.090	-325.770	-617.350
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-254.090	-317.999	-383.698
3.06.02.02	Valor Justo de Instrumento de Capital	0	-7.771	-233.652
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	398.638	319.520	-162.645
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.037	-12.795	138.248
3.08.01	Corrente	-3.442	0	0
3.08.02	Diferido	-24.595	-12.795	138.248
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	370.601	306.725	-24.397
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	370.601	306.725	-24.397
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,02	1,67	-0,14
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,02	1,67	-0,14

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	370.601	306.725	-24.397
4.03	Resultado Abrangente do Período	370.601	306.725	-24.397

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.595	-25.302	-55.191
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	273.814	312.392	282.144
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	370.601	306.725	-24.397
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	67.075	61.379	57.947
6.01.01.03	Ganho ou Perda na alienação de Ativo Permanente	-66.525	0	4
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-368.886	-357.410	-226.288
6.01.01.05	Variações Monetárias, Líquidas	115.802	198.887	296.976
6.01.01.06	Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	17	-119	12.395
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.595	12.795	-138.248
6.01.01.08	Provisão para Pagamento Baseado em Ações	15.795	14.411	13.563
6.01.01.09	Provisão para Programa de Bonificação	20.914	17.822	17.154
6.01.01.10	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	618	6.400	7.427
6.01.01.11	Perda (Ganho) de Participação	59.811	0	0
6.01.01.13	Amortização dos Custos de Captação	4.181	4.607	6.472
6.01.01.16	Linearização dos descontos	29.816	39.124	25.487
6.01.01.17	Ajuste valor justo	0	7.771	233.652
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.009	-29.594	-30.730
6.01.02.01	Aluguéis a Receber	-114	-25.340	-1.513
6.01.02.02	Impostos a Recuperar e Créditos Tributários	-326	-1.734	374
6.01.02.03	Empréstimos a Receber	-418	120	53
6.01.02.04	Créditos com Partes Relacionadas	7.091	18.505	2.921
6.01.02.05	Dividendos	24.979	0	0
6.01.02.06	Outros Ativos	-18.463	-2.032	-1
6.01.02.07	Despesas Antecipadas	46	281	-328
6.01.02.09	Fornecedores	-2.467	2.307	1.341
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Pagar	-4.597	-1.077	-12.154
6.01.02.11	Provisões para Salários e Encargos	-13.903	-17.991	-8.181
6.01.02.12	Débitos com Partes Relacionadas	-9.559	-1.787	-2.241

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.13	Contas a Pagar	-10.278	-846	-11.001
6.01.03	Outros	-243.210	-308.100	-306.605
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-2.038	0	0
6.01.03.02	Pagamento de juros	-241.172	-308.100	-306.605
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	165.028	186.323	399.735
6.02.01	Aquisições de Ativo Não Circulante	-127.400	-87.488	-56.873
6.02.02	Venda de Ativo Permanente	59.414	27	0
6.02.03	Dividendos Recebidos de Controladas	291.750	319.346	381.477
6.02.04	Aumento de Capital em Controladas	-188.498	-164.147	0
6.02.05	Redução de Capital	233.774	49.342	118.899
6.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	-116.572	131.338	-324.552
6.02.08	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	12.560	-62.095	280.784
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-167.333	-157.297	-351.391
6.03.01	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-862.496	-732.257	-33.330
6.03.02	Dividendos Pagos	-304.837	0	-318.061
6.03.03	Captação de Empréstimos	1.000.000	0	0
6.03.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	574.960	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	290	3.724	-6.847
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.773	8.049	14.896
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.063	11.773	8.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.848.796	305.376	511.078	0	0	3.665.250
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.848.796	305.376	511.078	0	0	3.665.250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	151.240	13.625	-41.122	-370.601	0	-246.858
5.04.01	Aumentos de Capital	151.240	0	0	0	0	151.240
5.04.06	Dividendos	0	0	-231.988	-88.018	0	-320.006
5.04.08	Outras Destinações	0	0	282.583	-282.583	0	0
5.04.09	Outros	0	-2.170	0	0	0	-2.170
5.04.10	Constituição de reserva para pagamento de remuneração baseada em ações	0	15.795	0	0	0	15.795
5.04.11	Realização de Reserva de Capital e Lucro	0	0	-91.717	0	0	-91.717
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	370.601	0	370.601
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	370.601	0	370.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.000.036	319.001	469.956	0	0	3.788.993

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.273.836	465.645	303.285	0	0	3.042.766
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.273.836	465.645	303.285	0	0	3.042.766
5.04	Transações de Capital com os Sócios	574.960	-160.269	207.793	-306.725	0	315.759
5.04.01	Aumentos de Capital	574.960	0	0	0	0	574.960
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.085	-72.847	0	-98.932
5.04.08	Outras Destinações	0	0	233.878	-233.878	0	0
5.04.09	Realização de Reserva de Capital	0	-172.761	0	0	0	-172.761
5.04.10	Constituição de reserva para pagamento de remuneração baseada em ações	0	14.411	0	0	0	14.411
5.04.11	Outros	0	-1.919	0	0	0	-1.919
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.725	0	306.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.725	0	306.725
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.848.796	305.376	511.078	0	0	3.665.250

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.175.657	448.809	775.046	0	0	3.399.512
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.175.657	448.809	775.046	0	0	3.399.512
5.04	Transações de Capital com os Sócios	98.179	16.836	-471.761	24.397	0	-332.349
5.04.01	Aumentos de Capital	98.179	0	0	0	0	98.179
5.04.06	Dividendos	0	0	-306.042	0	0	-306.042
5.04.08	Outras Destinações	0	3.273	-165.719	24.397	0	-138.049
5.04.10	Constituição de reserva para pagamento de remuneração baseada em ações	0	13.563	0	0	0	13.563
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-24.397	0	-24.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-24.397	0	-24.397
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.273.836	465.645	303.285	0	0	3.042.766

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	464.653	436.432	376.444
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	457.213	439.822	410.857
7.01.02	Outras Receitas	8.058	3.010	-26.986
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-618	-6.400	-7.427
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-111.028	-86.239	-82.992
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-49.360	-51.895	-54.004
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.668	-34.344	-28.988
7.03	Valor Adicionado Bruto	353.625	350.193	293.452
7.04	Retenções	-67.075	-61.379	-57.947
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67.075	-61.379	-57.947
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	286.550	288.814	235.505
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	498.307	475.180	329.857
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	368.886	357.410	226.288
7.06.02	Receitas Financeiras	129.421	117.770	103.569
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	784.857	763.994	565.362
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	784.857	763.994	565.362
7.08.01	Pessoal	95.144	84.768	82.166
7.08.01.01	Remuneração Direta	49.168	45.899	45.866
7.08.01.02	Benefícios	39.621	32.710	31.094
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.355	6.159	5.206
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	72.700	55.437	-113.494
7.08.02.01	Federais	68.692	51.658	-116.684
7.08.02.03	Municipais	4.008	3.779	3.190
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	246.412	317.064	621.087
7.08.03.01	Juros	254.090	317.999	383.698
7.08.03.02	Aluguéis	513	488	461
7.08.03.03	Outras	-8.191	-1.423	236.928
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	370.601	306.725	-24.397

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04.02	Dividendos	88.018	72.847	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	282.583	233.878	-24.397

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	6.466.894	6.198.462	6.312.386
1.01	Ativo Circulante	1.759.518	1.508.343	1.415.341
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.535	48.944	33.863
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.320.961	1.146.866	1.044.817
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.320.961	1.146.866	1.044.817
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.320.961	1.146.866	1.044.817
1.01.03	Contas a Receber	331.117	234.671	260.266
1.01.03.01	Clientes	189.996	155.761	162.108
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	141.121	78.910	98.158
1.01.04	Estoques	30.169	30.728	37.569
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.400	30.441	22.039
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.400	30.441	22.039
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.033	6.062	6.403
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.303	10.631	10.384
1.01.08.03	Outros	6.303	10.631	10.384
1.01.08.03.02	Empréstimos a Receber	577	198	258
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	5.726	10.433	10.126
1.02	Ativo Não Circulante	4.707.376	4.690.119	4.897.045
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	341.945	326.466	352.201
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	20.878
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	12.826	11.606	56.080
1.02.01.03.02	Títulos Mantidos até o Vencimento	12.826	11.606	56.080
1.02.01.04	Contas a Receber	237.164	243.691	219.256
1.02.01.04.01	Clientes	12.285	14.080	18.445
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	224.879	229.611	200.811
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	12.800	31.575	34.197
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12.800	31.575	34.197
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	79.155	39.594	21.790

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.01.10.04	Empréstimos a Receber	393	546	0
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	78.750	39.036	21.778
1.02.01.10.07	Outros Ativos não circulantes	12	12	12
1.02.02	Investimentos	4.223.270	4.206.566	4.382.893
1.02.02.01	Participações Societárias	192.598	171.151	198.764
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	145.510	149.934	151.461
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	47.088	21.217	47.303
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.030.672	4.035.415	4.184.129
1.02.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.030.672	4.035.415	4.184.129
1.02.03	Imobilizado	35.603	45.213	45.318
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.603	45.213	45.318
1.02.04	Intangível	106.558	111.874	116.633
1.02.04.01	Intangíveis	106.558	111.874	116.633
1.02.04.01.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	88.169	88.169	88.169
1.02.04.01.03	Softwares	18.389	23.705	28.464

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	6.466.894	6.198.462	6.312.386
2.01	Passivo Circulante	454.985	870.516	1.013.794
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.655	38.331	40.818
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	45.655	38.331	40.818
2.01.02	Fornecedores	14.265	20.773	17.160
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.265	20.773	17.160
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.301	24.982	16.351
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.126	10.420	7.534
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	9.126	10.420	7.534
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.410	1.687	1.557
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	14.765	12.875	7.260
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	217.898	663.861	906.404
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	93.334	238.290	568.307
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	93.334	238.290	568.307
2.01.04.02	Debêntures	124.564	425.571	338.097
2.01.04.02.01	Encargos Sobre Debêntures	-1.437	-1.414	-2.690
2.01.04.02.02	Debêntures	126.001	426.985	340.787
2.01.05	Outras Obrigações	150.866	122.569	33.061
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.037	2.402	557
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.037	2.402	557
2.01.05.02	Outros	145.829	120.167	32.504
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	88.018	72.847	0
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	38.304	30.014	22.886
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	9.618
2.01.05.02.06	Receitas Diferidas	19.507	17.306	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.222.720	1.662.501	2.241.403
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.070.030	1.540.156	2.158.946
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.138.434	542.945	767.984

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.138.434	542.945	767.984
2.02.01.02	Debêntures	931.596	997.211	1.390.962
2.02.02	Outras Obrigações	6.558	13.695	8.751
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.985	8.555	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	2.985	8.555	0
2.02.02.02	Outros	3.573	5.140	8.751
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar Não Circulante	3.573	5.140	8.751
2.02.03	Tributos Diferidos	105.467	70.143	71.583
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	105.467	70.143	71.583
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.948	58.790	54.462
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Sobre as Receitas Diferidas	8.519	11.353	17.121
2.02.04	Provisões	1.874	1.858	2.123
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.874	1.858	2.123
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	516	500	662
2.02.04.01.05	Outras Provisões p/ Riscos	1.358	1.358	1.461
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	38.791	36.649	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	38.791	36.649	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.789.189	3.665.445	3.057.189
2.03.01	Capital Social Realizado	3.000.036	2.848.796	2.273.836
2.03.02	Reservas de Capital	319.001	305.376	465.645
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	279.321	279.321	452.082
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	39.680	26.055	13.563
2.03.04	Reservas de Lucros	469.956	511.078	303.285
2.03.04.01	Reserva Legal	191.570	173.040	157.704
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	278.386	338.038	145.581
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	196	195	14.423

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.064.876	1.039.215	996.137
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-378.065	-375.512	-418.529
3.03	Resultado Bruto	686.811	663.703	577.608
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-78.150	-66.712	-90.092
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-139.901	-122.480	-131.470
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	117.392	65.555	50.048
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.031	-8.251	-6.672
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	390	-1.536	-1.998
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	608.661	596.991	487.516
3.06	Resultado Financeiro	-122.675	-210.041	-595.456
3.06.01	Receitas Financeiras	184.773	182.992	166.848
3.06.01.01	Receitas Financeiras	184.773	182.992	166.848
3.06.02	Despesas Financeiras	-307.448	-393.033	-762.304
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-307.448	-382.631	-465.933
3.06.02.02	Valor Justo de Instrumento de Capital	0	-10.402	-296.371
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	485.986	386.950	-107.940
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-115.280	-76.004	88.724
3.08.01	Corrente	-78.339	-71.677	-76.137
3.08.02	Diferido	-36.941	-4.327	164.861
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	370.706	310.946	-19.216
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	370.706	310.946	-19.216
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	370.601	306.725	-24.397
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	105	4.221	5.181
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,02	1,67	-0,14
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,02	1,67	-0,14

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	370.706	310.946	-19.216
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	370.706	310.946	-19.216
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	370.601	306.725	-24.397
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	105	4.221	5.181

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	426.583	407.583	225.608
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	763.491	843.095	698.609
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	370.706	310.946	-19.216
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	170.657	159.662	157.161
6.01.01.03	Ganho ou Perda na alienação de Ativo Permanente	-173.196	23.935	5
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-390	1.536	1.998
6.01.01.05	Variações Monetárias, Líquidas	113.551	202.026	307.637
6.01.01.06	Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	29	-265	12.332
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.941	4.328	-164.861
6.01.01.08	Provisão para Pagamento Baseado em Ações	15.795	14.411	13.563
6.01.01.09	Provisão para Programa de Bonificação	28.708	21.884	26.949
6.01.01.10	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.652	10.590	9.223
6.01.01.11	Perda (Ganho) de Participação	125.212	0	0
6.01.01.13	Amortização dos Custos de Captação	5.159	6.376	9.237
6.01.01.15	Provisão para desvalorização de Estoque	-1.110	411	3.402
6.01.01.16	Linearização dos descontos	68.777	76.853	44.808
6.01.01.17	Ajuste valor justo	0	10.402	296.371
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.456	-6.308	-48.487
6.01.02.01	Aluguéis a Receber	-19.161	-34.139	-34.018
6.01.02.03	Empréstimos a Receber	-226	-486	126
6.01.02.04	Créditos com Partes Relacionadas	18.775	2.622	-538
6.01.02.06	Outros Ativos	-35.007	-17.258	-14.300
6.01.02.07	Despesas Antecipadas	29	305	2.159
6.01.02.08	Estoque	1.669	6.223	-14.696
6.01.02.09	Fornecedores	-6.508	4.679	-2.314
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Pagar	75.882	66.072	44.622
6.01.02.11	Provisões para Salários e Encargos	-21.384	-19.414	-15.402
6.01.02.12	Débitos Com Partes Relacionadas	-8.323	5.889	-2.241

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.13	Contas a Pagar	6.710	-20.801	-11.885
6.01.03	Outros	-349.364	-429.204	-424.514
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-72.139	-72.282	-53.430
6.01.03.02	Pagamentos de juros	-275.055	-356.922	-371.084
6.01.03.03	Outros	-2.170	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-215.889	-109.155	311.942
6.02.01	Aquisições de Ativo Não Circulante	-305.864	-203.556	-166.286
6.02.02	Venda de Ativo Permanente	113.661	27	0
6.02.03	Dividendos Recebidos de Controladas	1.519	1.548	1.615
6.02.04	Aumento de Capital em Controladas	-348	0	-6.251
6.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-26.085	0
6.02.08	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-24.753	120.468	484.914
6.02.10	Outros	-104	-1.557	-2.050
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-221.103	-283.347	-542.298
6.03.01	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-916.266	-858.307	-224.237
6.03.02	Dividendos Pagos	-304.837	0	-318.061
6.03.03	Captação de Empréstimos	1.000.000	0	0
6.03.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	574.960	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.409	15.081	-4.748
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.944	33.863	38.611
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.535	48.944	33.863

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.848.796	305.376	511.078	0	0	3.665.250	195	3.665.445
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.848.796	305.376	511.078	0	0	3.665.250	195	3.665.445
5.04	Transações de Capital com os Sócios	151.240	13.625	-41.122	-370.601	0	-246.858	-104	-246.962
5.04.01	Aumentos de Capital	151.240	0	0	0	0	151.240	0	151.240
5.04.06	Dividendos	0	0	-231.988	-88.018	0	-320.006	0	-320.006
5.04.08	Constituição de reserva para pagamento de remuneração baseada em ações	0	15.795	0	0	0	15.795	0	15.795
5.04.09	Outras Destinações	0	0	282.583	-282.583	0	0	0	0
5.04.10	Outros	0	-2.170	0	0	0	-2.170	-104	-2.274
5.04.11	Realização de Reserva de Capital e Lucro	0	0	-91.717	0	0	-91.717	0	-91.717
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	370.601	0	370.601	105	370.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	370.601	0	370.601	105	370.706
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.000.036	319.001	469.956	0	0	3.788.993	196	3.789.189

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.273.836	465.645	303.285	0	0	3.042.766	14.423	3.057.189
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.273.836	465.645	303.285	0	0	3.042.766	14.423	3.057.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	574.960	-160.269	207.793	-306.725	0	315.759	-18.449	297.310
5.04.01	Aumentos de Capital	574.960	0	0	0	0	574.960	0	574.960
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.085	-72.847	0	-98.932	0	-98.932
5.04.08	Outras Destinações	0	0	233.878	-233.878	0	0	-16.867	-16.867
5.04.09	Realização de Reserva de Capital	0	-172.761	0	0	0	-172.761	0	-172.761
5.04.10	Constituição de reserva para pagamento de remuneração baseada em ações	0	14.411	0	0	0	14.411	0	14.411
5.04.11	Outros	0	-1.919	0	0	0	-1.919	-1.582	-3.501
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	306.725	0	306.725	4.221	310.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	306.725	0	306.725	4.221	310.946
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.848.796	305.376	511.078	0	0	3.665.250	195	3.665.445

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.175.657	448.809	775.046	0	0	3.399.512	11.292	3.410.804
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.175.657	448.809	775.046	0	0	3.399.512	11.292	3.410.804
5.04	Transações de Capital com os Sócios	98.179	16.836	-471.761	24.397	0	-332.349	-2.050	-334.399
5.04.01	Aumentos de Capital	98.179	0	0	0	0	98.179	0	98.179
5.04.06	Dividendos	0	0	-306.042	0	0	-306.042	0	-306.042
5.04.08	Outras Destinações	0	3.273	-165.719	24.397	0	-138.049	0	-138.049
5.04.10	Constituição de reserva para pagamento de remuneração baseada em ações	0	13.563	0	0	0	13.563	0	13.563
5.04.11	Outros	0	0	0	0	0	0	-2.050	-2.050
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-24.397	0	-24.397	5.181	-19.216
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-24.397	0	-24.397	5.181	-19.216
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.273.836	465.645	303.285	0	0	3.042.766	14.423	3.057.189

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	1.332.535	1.199.041	1.134.169
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.286.747	1.254.125	1.206.937
7.01.02	Outras Receitas	48.440	-44.494	-63.545
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.652	-10.590	-9.223
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-290.503	-201.425	-239.084
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-153.821	-157.589	-178.582
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-136.682	-43.836	-60.502
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.042.032	997.616	895.085
7.04	Retenções	-170.657	-159.662	-157.161
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-170.657	-159.662	-157.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	871.375	837.954	737.924
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	185.163	181.456	164.850
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	390	-1.536	-1.998
7.06.02	Receitas Financeiras	184.773	182.992	166.848
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.056.538	1.019.410	902.774
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.056.538	1.019.410	902.774
7.08.01	Pessoal	142.181	132.712	146.651
7.08.01.01	Remuneração Direta	77.787	73.431	94.537
7.08.01.02	Benefícios	55.424	50.380	43.546
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.970	8.901	8.568
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	245.266	194.599	10.216
7.08.02.01	Federais	199.203	153.486	-28.116
7.08.02.02	Estaduais	28.614	24.535	22.971
7.08.02.03	Municipais	17.449	16.578	15.361
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	298.385	381.153	765.123
7.08.03.01	Juros	307.448	382.631	465.933
7.08.03.02	Aluguéis	1.757	668	3.977
7.08.03.03	Outras	-10.820	-2.146	295.213

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	370.706	310.946	-19.216
7.08.04.02	Dividendos	88.018	72.847	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	282.583	233.878	-24.397
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	105	4.221	5.181

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO

DRE Consolidada - Contábil (R\$ mil)	12M24	12M23	Var. %
Receita Bruta	1.286.747	1.254.125	2,6%
Impostos e descontos	-221.871	-214.910	3,2%
Receita Líquida	1.064.876	1.039.215	2,5%
Custos e Despesas	-347.309	-338.330	2,7%
Outras Receitas (Desp.) Operacionais	61.361	57.304	7,1%
Resultado de Equivalência Patrimonial	390	-1.536	-125,4%
EBITDA	779.318	756.653	3,0%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>73,18%</i>	<i>72,81%</i>	0,4 p.p.
Depreciação e Amortização	-170.657	-159.662	6,9%
EBIT	608.661	596.991	2,0%
<i>Margem EBIT</i>	<i>57,16%</i>	<i>57,45%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>
Receitas Financeiras	184.773	182.992	1,0%
Despesas Financeiras	-307.448	-393.033	-21,8%
IR e CSLL	-115.280	-76.004	51,7%
Lucro Líquido	370.706	310.946	19,2%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	370.601	306.725	20,8%
Atribuído a Sócios Não Controladores	105	4.221	-97,5%
<i>Margem Líquida</i>	<i>34,81%</i>	<i>29,92%</i>	<i>4,9 p.p.</i>
FFO	507.233	440.430	15,17%
<i>Margem FFO</i>	<i>47,63%</i>	<i>42,38%</i>	<i>5,3 p.p.</i>

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta, da Iguatemi no período foi de R\$ 1,3 bilhão, um aumento de 2,6% em relação ao período de 2023.

RECEITA BRUTA

Receita Bruta - Contábil (R\$ mil)	12M24	12M23	Var. %
Aluguel	815.590	835.851	-2,4%
Taxa de Administração	69.342	65.159	6,4%
Estacionamento	210.856	194.944	8,2%
Operações de varejo	166.886	141.519	17,9%
Outros	24.073	16.652	44,6%
Total	1.286.747	1.254.125	2,6%

A Receita de Aluguel, composta por Aluguel Mínimo, Aluguel Percentual (*Overage*) e Locações Temporárias, teve uma redução de 2,4% em relação a 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita de Aluguel - Contábil (R\$ mil)	12M24	12M23	Var. %
Aluguel Mínimo	677.445	704.996	-3,9%
Aluguel Percentual	62.616	55.507	12,8%
Locações Temporárias	75.529	75.348	0,2%
Total	815.590	835.851	-2,4%

Esta queda da Receita de Aluguel em relação a 2023 é explicado principalmente por:

- Aluguel Mínimo: queda de 3,9%, no período, ocorreu em função da movimentação da fração do SCIJK para a controladora IGTI.
- Aluguel Percentual (Overage): aumento de 12,8%, decorrente do crescimento das vendas, além de mais lojistas no patamar de breakeven no portfólio.
- Locações Temporárias: aumento de 0,2%, devido a demanda por lojas temporárias quiosques, merchandising nos empreendimentos e aluguel de espaços de eventos.

A Taxa de Administração apresentou um aumento de 6,4% em relação ao mesmo período de 2023, impactada pelo crescimento do resultado operacional dos empreendimentos.

A Receita de Estacionamento atingiu R\$ 211 milhões, 8,2% acima do ano de 2023, tal resultado é devido ao aumento do fluxo de veículos, somando a revisão das tarifas.

DEDUÇÕES, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

As Deduções, Impostos e Contribuições somaram R\$ 222 milhões negativos.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida do período foi de R\$ 1,1 bilhões, aumento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2023.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas - Contábil (R\$ mil)	12M24	12M23	Var. %
Custos de Aluguéis e Serviços	-242.230	-240.749	0,6%
Pessoal	-37.578	-40.497	-7,2%
Serviços de terceiros	-10.344	-6.436	60,7%
Fundo de promoção	-2.646	-2.910	-9,1%
Estacionamento	-38.142	-40.388	-5,6%
Operações de varejo	-114.058	-100.156	13,9%
Outros	-39.462	-50.362	-21,6%
Despesas	-105.079	-97.581	7,7%
Pessoal	-55.350	-52.611	5,2%
Remuneração baseado em ações	-15.795	-14.411	9,6%
Serviços de terceiros	-17.419	-16.257	7,1%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outros	-16.515	-14.302	15,5%
Subtotal	-347.309	-338.330	2,7%
Depreciação e Amortização	-170.657	-159.662	6,9%
Total	-517.966	-497.992	4,0%

A linha de Custos de Aluguéis e Serviços foi de R\$ 242 milhões no período (excluindo depreciação e amortização), apresentou um aumento de 0,6% em comparação ao mesmo período de 2023, do aumento de custo com terceiros. As Despesas ficaram 2,7% acima do mesmo período de 2023, principalmente pelo aumento de despesas na linha remuneração em ações e de outros.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras Rec. (Desp.) Op. - Contábil (R\$ mil)	12M24	12M23	Var. %
Desenvolvimento imobiliário	34.130	30.178	13,1%
Outros	27.231	27.126	0,4%
Outras Receitas (Desp.) Op.	61.361	57.304	7,1%

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro Líquido - Contábil (R\$ mil)	12M24	12M23	Var. %
Receitas Financeiras	184.773	182.992	1,0%
Despesas Financeiras	-307.448	-393.033	-21,8%
Resultado Financeiro	-122.675	-210.041	-41,6%

As Receitas e despesas financeiras líquidas da Iguatemi foi de R\$ 122 milhões negativos, 41,6% abaixo do valor apresentado no mesmo período de 2023.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CORRENTE E DIFERIDO)

Em 2024, o Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram R\$ 115 milhões.

EBITDA CONSOLIDADO

Conciliação do EBIT (LAJIR) e EBITDA (LAJIDA) - Contábil (R\$ mil)	12M24	12M23	Var. %
Lucro Líquido	370.706	310.946	19,2%
(+) IR / CS	115.280	76.004	51,7%
(+) Despesas Financeiras	307.448	393.033	-21,8%
(-) Receitas Financeiras	-184.773	-182.992	1,0%
EBIT (LAJIR)	608.661	596.991	2,0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(+) Depreciação e Amortização	170.657	159.662	6,9%
EBITDA	779.318	756.653	3,0%
Receita Líquida	1.064.876	1.039.215	2,5%
Margem EBITDA	73,18%	72,81%	0,4 p.p.

ENDIVIDAMENTO

	31/12/2024	31/12/2023	Var. %
Dívida Total	2.287.928	2.204.017	3,8%
Disponibilidades	1.372.322	1.207.416	13,7%
Dívida Líquida	915.606	996.601	-8,1%
EBITDA (LTM)	779.318	756.653	3,0%
Dívida Líquida/EBITDA	1,17	1,32	-10,8%

A Companhia encerrou o período com uma Dívida Total de R\$ 2,3 bilhão, aumento de 3,8%. A Disponibilidade de Caixa encontrava-se em R\$ 1,4 bilhão, levando a uma Dívida Líquida de R\$ 915 milhões e um múltiplo Dívida Líquida/EBITDA de 1,17, uma redução de 10,8% em relação ao mesmo período de 2023.

MERCADO DE CAPITAIS

Nosso principal acionista é a Iguatemi S.A, com 100% das ações.

SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE – ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 381/2003

A Companhia e suas controladas passaram a utilizar os serviços de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, a partir do primeiro trimestre de 2022. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Nota: Os dados não financeiros, tais como ABL, vendas médias, aluguéis médios, custo de ocupação, preços médios, cotações médias, EBITDA e Fluxo de Caixa Proforma não foram objeto de revisão pelos nossos auditores independentes.

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

Notas Explicativas

IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objeto social

A Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. e suas subsidiárias (“Iguatemi”, “Companhia” ou “Grupo”) com sede na Rua Angelina Maffei Vita, nº 200, na cidade de São Paulo - SP, é uma Companhia aberta nacional e tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

A Companhia é controlada pela Iguatemi S.A, que em 31 de dezembro de 2024 detém, das ações em circulação da Companhia, 100% do seu capital total.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são administrados conjuntamente com os seus sócios e são constituídos sob a forma de condomínio de edificação e consórcios. Suas operações são registradas pela Companhia, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação.

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos a tendências sazonais que afetam a indústria de shopping centers. Vendas de shopping centers geralmente aumentam em períodos sazonais, como nas semanas antes da pascoa (abril), Dia das Mães (maio), Dia dos Namorados (que no Brasil ocorre em junho), Dia dos Pais (que no Brasil ocorre em agosto), Dia das Crianças (que no Brasil ocorre em outubro) e Natal (dezembro). Além disso, a grande maioria dos arrendatários dos shoppings da Companhia paga o aluguel duas vezes em dezembro sob seus respectivos contratos de locação.

Notas Explicativas

b) Informações sobre os empreendimentos imobiliários

A Iguatemi e suas subsidiárias são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, sendo na sua maioria shopping centers, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A seguir os shoppings e torres comerciais em operação:

	Participação %			
	31.12.2024		31.12.2023	
	Direta	Indireta	Total	Total
Shopping Center Iguatemi São Paulo (“SCISP”)	46,21	13,36	59,57	58,58
Shopping Center JK Iguatemi (“JK Iguatemi”) (iii)	-	32,00	32,00	44,00
Shopping Center Iguatemi Campinas (“SCIC”)	70,00	-	70,00	70,00
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre (“SCIPA”)	-	6,58	6,58	6,58
Shopping Center Iguatemi Brasília (“SCIBRA”)	64,00	-	64,00	64,00
Shopping Center Iguatemi Alphaville (“SCIAAlpha”) (i)	-	60,00	60,00	78,00
Market Place Shopping Center (“MPSC”)	-	100,00	100,00	100,00
Praia de Belas Shopping Center (“PBSC”)	57,55	-	57,55	57,55
Shopping Center Galleria (“SCGA”)	-	100,00	100,00	100,00
Esplanada Shopping Center (“SCESP”)	-	53,21	53,21	53,21
Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto (“SCIRP”)	-	88,96	88,96	88,00
Shopping Center Iguatemi São José Rio Preto (“SCIRIOP”)	-	88,00	88,00	88,00
Shopping Center Iguatemi Esplanada (“SCIESP”)	-	65,71	65,71	65,71
Shopping Center Iguatemi São Carlos (“SCISC”) (i)	-	-	-	50,00
Platinum Outlet Premium Novo Hamburgo (“IFONH”)) (ii)	-	51,00	51,00	41,00
Ifashion Outlet Santa Catarina (“IFOSC”)	-	54,00	54,00	54,00
Boulevard Campinas	77,00	-	77,00	77,00
Praia de Belas Prime Offices	43,78	-	43,78	43,78
Market Place Tower (“MPT”)	-	100,00	100,00	100,00
Shopping Patio Higienópolis (“SPH”)	-	11,54	11,54	11,54

(i) Venda do total da fração do Shopping Center Iguatemi São Carlos (“SCISC”) e a fração de 18% do Shopping Center Iguatemi Alphaville (“SCIAAlpha”), conforme nota explicativa nº 8 item (i).

(ii) Em janeiro de 2024 foi realizada a aquisição da fração adicional de 10% do Platinum Outlet Premium Novo Hamburgo.

(iii) Em Dezembro de 2024 foi realizada a transferência de 12% do Shopping Center Iguatemi JK para uma empresa controlada da Iguatemi S.A.

c) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. Portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para arquivamento em 18 de fevereiro de 2025.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração

Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. As

Notas Explicativas

demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem:

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora” e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas por meio do método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia classifica os dividendos recebidos, oriundos das operações das investidas e controladas nas atividades de investimento.

Notas Explicativas

2.2. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Segue quadro com as participações societárias do Grupo Iguatemi referente a 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Participação %			
	31.12.2024		31.12.2023	
	Direta	Indireta	Total	Total
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. ("AEMP")	100,00	-	100,00	100,00
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda ("AEST")	100,00	-	100,00	100,00
Amuco Shopping Ltda. ("Amuco")	100,00	-	100,00	100,00
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW")	100,00	-	100,00	100,00
AZ Brasil Comércio Varejista Ltda. ("AZBR")	-	100,00	100,00	100,00
CSC41 Participações Ltda. ("CS41")	85,25	14,75	100,00	100,00
CSC61 Participações Ltda. ("CS61")	100,00	-	100,00	100,00
CSC132 Comércio Varejista Ltda ("POLO")	-	100,00	100,00	100,00
CSC142 Participações Ltda ("OLSC")	-	100,00	100,00	100,00
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil")	-	100,00	100,00	100,00
Fleury Alliagro Imóveis Ltda. ("FLEURY")	-	80,00	80,00	80,00
Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("01GL")	100,00	-	100,00	100,00
Milan Comércio Varejista Ltda. ("MILA")	-	100,00	100,00	100,00
I-Art Produções Teatrais Ltda. ("IART")	100,00	-	100,00	100,00
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda. ("IESTAPA")	99,99	-	99,99	99,99
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA")	100,00	-	100,00	100,00
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing")	100,00	-	100,00	100,00
Iguatemi Outlets do Brasil Ltda ("OLNH")	100,00	-	100,00	100,00
I-Retail Serv. Consult. de Moda e Particip. Ltda. ("I-Retail")	100,00	-	100,00	100,00
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda. ("JK ADM")	100,00	-	100,00	100,00
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (JKIG)	100,00	-	100,00	100,00
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES")	100,00	-	100,00	100,00
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. ("Lasul")	100,00	-	100,00	100,00
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("MPPart")	100,00	-	100,00	100,00
Market Place Torres Ltda ("MPT")	100,00	-	100,00	100,00
Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("01NG")	100,00	-	100,00	100,00
Ork Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda ("ORKE")	-	100,00	100,00	100,00
Praia de Belas Deck Parking Ltda ("PBES")	-	100,00	100,00	100,00
Riviera Comércio Varejista Ltda. ("VILE")	-	100,00	100,00	100,00
SCIALPHA Participações Ltda. ("SCIALPHA")	100,00	-	100,00	100,00
SCIRP Participações Ltda. ("SCRP")	100,00	-	100,00	100,00
Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. ("SCRB")	100,00	-	100,00	100,00
SISP Participações Ltda. ("SISP")	100,00	-	100,00	100,00
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP")	100,00	-	100,00	100,00
SPH 1 Iguatemi Empreendimentos Imobiliarios S.A. ("SPHI")	100,00	-	100,00	100,00
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC") (a)	36,00	-	36,00	36,00
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP") (a)	-	52,00	52,00	52,00
Venture Iguatemi Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FP84")	50,00	50,00	100,00	-
Sarol Comercio de Cosméticos e Perfumaria Ltda.("SARO") (b)	-	100,00	100,00	-
Dominique Comercio de Cosméticos e Serviços de Beleza Ltda. ("DOMI") (b)	-	100,00	100,00	-
CDG Comercio Varejista LTDA. ("CDGA") (b)	-	100,00	100,00	-

- a) Trata-se de investidas controladas em conjunto AGSC e OSPP que foram reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, considerando o controle compartilhado estabelecido por meio dos Acordos de Acionistas firmados entre as sociedades, em que nenhuma das partes, individualmente, determina as políticas financeiras e operacionais.

- b) Em Maio de 2024 foram adquiridas novas empresas para as operações do varejo.

Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação a investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);

Notas Explicativas

- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é remensurado a valor justo.

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas Explicativas

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4. Ágio

O ágio é submetido anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

2.5. Reconhecimento de receita e apuração do resultado

As receitas do Grupo decorrem principalmente de Contrato com cliente, arrendamentos, prestação de serviços, estacionamento e alienação de imóveis.

Contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços. As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. A receita de aluguéis é reconhecida com base na fruição dos contratos e a receita de serviços são apropriadas ao resultado quando o controle dos serviços é transferido ao cliente. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. As receitas de cessões de direitos a lojistas, são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel. A receita na alienação de imóveis é reconhecida por competência e classificada como outras receitas e despesas operacionais, por não se tratar de resultados recorrentes.

Notas Explicativas

Arrendamentos

As receitas com arrendamentos são reconhecidas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (2) / IFRS 16. Os arrendamentos mantidos pelo Grupo não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo, sendo portanto classificados como arrendamentos operacionais.

Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita quando são auferidos. As receitas de aluguéis mínimos, coparticipações, considerando eventuais efeitos de carências, descontos etc., e excluindo os efeitos inflacionários, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato, e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido, independentemente da forma de recebimento.

Permutas financeiras

A Companhia adota a estratégia de negociar junto com incorporadoras parceiras, os terrenos ao redor de determinados shoppings, para o desenvolvimento de empreendimentos residenciais e comerciais, com o objetivo de alavancar futuramente as receitas do shopping, bem como a rentabilidade desses ativos. As negociações preveem as celebrações de contratos com características de permutas financeiras, nas quais certas obrigações de desempenho precisam ser atingidas.

Prestação de serviços

Refere-se as receitas advindas da cobrança das taxas de administração de condomínio dos shoppings centers.

Estacionamento

Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos dos shopping centers. Essas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência, conforme utilização do espaço do estacionamento pelo cliente, de acordo com tabela de preços por carga horária, sendo cobrado sobre o período utilizado.

2.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixas que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e juros” sobre o principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando existentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia desses proveitos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia a redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros conforme o modelo proposto pelo CPC 48 / IFRS 9 de perda esperada de crédito. A mensuração se aplica aos ativos classificados como custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes e se baseia na percepção de aumento de risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo, na qual a provisão é feita conforme a perda esperada para

Notas Explicativas

os próximos 12 meses ou perdas esperadas para a vida inteira do ativo. Para a carteira de recebíveis, por não possuírem um componente significativo de financiamento, a Companhia aplica a abordagem simplificada permitida como expediente prático pelo CPC 48/ IFRS 9, em que as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Maiores detalhes da mensuração da perda esperada de crédito são apresentadas na nota explicativa nº 5.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Quando existentes, passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Notas Explicativas

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos e debêntures)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. Quando existente, a diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Apresentação líquida dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e para fins de divulgação, as propriedades para investimento a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo, ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Notas Explicativas

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. O Grupo determinou as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo das propriedades para investimento, o qual foi elaborado internamente com base no conhecimento, informações de desempenho do mercado e expertise no segmento de Shopping centers. Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.8. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas Explicativas

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisições. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

2.11. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em sociedades em que a Administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte do mesmo grupo que estejam sob controle comum, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 7).

Investimentos em empresas controladas em conjunto

Uma empresa controlada em conjunto é um acordo contratual por meio do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle compartilhado foi adquirido, e não são consolidados.

2.12. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e incluindo custos da transação. O valor contábil inclui os custos de empréstimos, custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são mantidas a valor de custo, mas tendo divulgado o respectivo valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Anualmente, a Companhia revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimento.

2.13. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

A vida útil estimada e os valores residuais são revisados pelo menos anualmente e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

2.14. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável, conforme mencionado no decorrer da nota explicativa nº 2. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são também submetidos a teste de “impairment” para análise do seu valor recuperável (nota explicativa nº 10).

A vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil definida são revisados pelo menos anualmente e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.15. Impostos diretos

Determinadas empresas do Grupo optam pelo regime tributário do lucro real, e outras pelo regime do lucro presumido.

Lucro real

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas conforme o pronunciamento técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

Lucro presumido

A base de apuração do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços, 8% sobre venda de mercadoria (12% para contribuição social) e de 100% das receitas financeiras e outras receitas, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, nem estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Notas Explicativas

2.16. Patrimônio líquido

a) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

b) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média mensal das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

c) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

e) Reserva de capital

O ganho na incorporação da totalidade das ações da controlada são reconhecidas no patrimônio líquido, sem efeito no resultado do exercício.

2.17. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Notas Explicativas

b) Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Para os riscos trabalhistas, as provisões levam em consideração a opinião e os valores informados pelos assessores jurídicos, de acordo com percentual definido pela Administração por meio do histórico de liquidação de processos de mesma natureza ocorridos nos últimos 12 meses. A avaliação da probabilidade de perda também inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

2.18. Transações que envolvem pagamento em ações

A Companhia oferece a seus empregados planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Notas Explicativas

2.20. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2024 não houve registro de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Notas Explicativas

2.21. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de cada investida incluída na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que ela opera) de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora e todas a suas subsidiárias.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício contábil, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

2.22. Novas normas, alterações e interpretações das normas adotadas pela primeira vez para o ano iniciado em 1º de janeiro de 2024

As novas normas, alterações e interpretações que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

- CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa e ao IFRS7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Acordos de Financiamento de Fornecedores. CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Passivo de Arrendamento

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. No exercício de 2024 e 2023, a Companhia não realizou transações dessa natureza com seus fornecedores, não sendo aplicável.

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em Janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente.

Notas Explicativas

- Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants. A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela primeira vez no exercício corrente.

- Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e leaseback que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento. A Companhia não possui transações dessa natureza, de tal modo que, não é aplicável.

Notas Explicativas

2.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não efetivas

As novas normas e interpretações alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, quando aplicáveis, assim que entrarem em vigor.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras categorias são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas no futuro.

Notas Explicativas

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas no futuro.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.23. Reclassificação para melhor apresentação

O balanço patrimonial está sendo reapresentado para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas devido a Administração ter identificado uma reclassificação referente a receita deferida que vinha sendo apresentado em contas a receber para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo que, os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2023 não possuem efeitos materiais sobre o tema e, por isto, não serão apresentados. Consequentemente, a Companhia está reapresentando os valores correspondentes em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8.

Notas Explicativas

Item do balanço patrimonial	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31.12.2023	Ajuste	Saldo em 31.12.2023 após o ajuste	Saldo em 31.12.2023	Ajuste	Saldo em 31.12.2023 após o ajuste
Ativo						
Circulante						
Contas a Receber	58.187	5.409	63.596	223.880	10.791	234.671
Não circulante						
Contas a Receber	47.440	21.638	69.078	200.527	43.164	243.691
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Receita Diferida	-	6.473	6.473	-	17.306	17.306
Não circulante						
Receitas Diferidas	-	20.574	20.574	-	36.649	36.649

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Estimativas e premissas

Na elaboração demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, intangível e das propriedades para investimento, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social, provisão para crédito de liquidação duvidosa, valor justo das propriedades para investimento para fins de divulgação e a outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo , a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração a valor justo de propriedades para investimento para fins de determinação do valor recuperável e divulgação

Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado, conforme as definições estabelecidas no CPC 46/IFRS 13 para avaliações de nível 3. Para a mensuração do valor justo das propriedades para investimento para fins de determinação do valor recuperável e de divulgação, o Grupo considerou a metodologia de fluxos de caixa descontados a valor presente. Por essa metodologia é projetado à receita de aluguel atual, com base no desempenho atual e projeção, por um período de 15 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação incidente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, são consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisionais de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas. Para refletir a perpetuidade das operações, ao final do 15º ano, a receita é capitalizada, sendo que o fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com taxas de desconto adequadas à percepção de risco do mercado, levando em conta o risco/desempenho provável de cada cenário. Para efeitos de

Notas Explicativas

análise, é considerada a continuidade dos contratos vigentes, havendo renovação automática dos mesmos e foram consideradas perdas de receita por inadimplência. Propriedade para investimento em construção é avaliada pela estimativa do valor justo do investimento completo e deduzida do montante estimado dos custos para completar a construção, custo dos financiamentos e uma razoável margem de lucro. As principais premissas adotadas para determinar o valor justo da propriedade para investimento estão detalhadas na Nota Explicativa nº 8.

Realização de créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não utilizados, bem como diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social se referem à Companhia e não prescrevem. Contudo, sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota Explicativa nº 16.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na Nota explicativa nº 5.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação

Notas Explicativas

dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
(a) Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e bancos	12.063	11.773	38.535	48.944
Total	<u>12.063</u>	<u>11.773</u>	<u>38.535</u>	<u>48.944</u>
(b) Aplicações Financeiras				
Fundo de investimento nacional (i)	713.926	583.335	923.104	726.353
Fundo de investimento no exterior (ii)	-	-	22.450	19.631
Aplicações financeiras compromissadas (iii)	12.826	11.606	12.826	11.606
Fundos de investimentos multimercados (iv)	250.670	273.679	375.407	400.882
Total	<u>977.422</u>	<u>868.620</u>	<u>1.333.787</u>	<u>1.158.472</u>
Circulante	976.659	868.787	1.359.496	1.195.810
Não circulante	12.826	11.606	12.826	11.606

(i) É representado por fundo de investimento de renda fixa não exclusivo, com liquidez diária e rendimentos acumulados de 11,97% até 31 de dezembro de 2024 (13,03% - 2023). A administração efetua a gestão de caixa da Companhia por meio de fundos de investimentos não exclusivos, com expectativa de utilização dos recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos.

(ii) Refere-se a aplicação em um fundo de investimentos internacional, com aplicações em participações societárias e em outros fundos de investimentos, sujeitos a variação cambial. Esta aplicação é resultado do programa de investimentos Corporate Venture Capital que tem objetivo apoiar empresas com alto potencial de crescimento no início de sua jornada empresarial. Os investimentos podem ser parcial ou totalmente realizado no curto e médio prazo e a Companhia não realiza esses investimentos, com intuito de controlar ou possuir influência significativa nas investidas.

(iii) As aplicações financeiras compromissadas, tem por objetivo a garantia de um empréstimo na modalidade de Certificado de Recebível Imobiliário (CRI) com vencimento em 17 de setembro de 2026. A rentabilidade média foi de aproximadamente 10,76% (2023 12,91%).

(iv) Fundos de Investimentos Multimercados

Aplicação administrada pela G5 Partners, refere-se basicamente a fundo de investimento mutimercado exclusivo com estratégia ampla e diversificada de investimentos que busca retorno máximo aos seus cotistas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Títulos de renda fixa (i)	213.998	273.679	285.213	313.142
Títulos de renda variável (ii)	36.672	-	90.194	87.740
	<u>250.670</u>	<u>273.679</u>	<u>375.407</u>	<u>400.882</u>

(i) Composto substancialmente por títulos públicos, debêntures, direitos creditórios e outros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a rentabilidade média foi de aproximadamente 13,68% (2023 14,95%).

(ii) Composto por investimentos em participações societárias não sujeitos a variação cambial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a rentabilidade média foi de aproximadamente 14,45% (2023 -0,09%).

Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023		31.12.2023	
	31.12.2024	Reapresentado	31.12.2024	Reapresentado
Aluguéis, co-participações, varejo e prestação de serviços	105.265	110.143	302.290	273.820
Linearização, líquida da amortização (i)	25.594	50.061	105.601	170.035
Outras (ii)	56.535	25.693	260.399	138.486
	187.394	185.897	668.290	582.341
Provisão para créditos com perda esperada	(49.557)	(53.223)	(100.009)	(103.979)
	137.837	132.674	568.281	478.362
 Circulante	 85.925	 63.596	 331.117	 234.671
Não circulante	51.912	69.078	237.164	243.691

(i) A linearização é representada substancialmente por descontos contratuais concedidos á lojistas e são amortizados pelo prazo remanescente do contrato de locação, como previsto pelo CPC 06(R2)/IFRS 16.

(ii) Representadas substancialmente pela venda de terrenos para desenvolvimento de empreendimentos imobiliários por parte dos incorporadores compradores. Os recebimentos ocorrerão por meio das transferências de recursos financeiros relacionadas as unidades vendidas (“operação de permuta financeira”) e parcelamento conforme previsto em contrato. Adicionalmente, destacamos que esses ativos financeiros são mensalmente atualizados com base nos índices INCC/FGV e/ou IGP-M/FGV. Também composto por vendas das participações do Shopping Center Iguatemi São Carlos (SCISC) e 18% do Shopping Center Iguatemi Alphaville (SCIAIPHA).

A composição por idade de vencimento dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023		31.12.2023	
	31.12.2024	Reapresentado	31.12.2024	Reapresentado
A vencer de 721 a 1440 dias	28.835	54.095	156.976	186.958
A vencer de 361 a 720 dias	23.077	14.983	80.188	56.733
A vencer até 360 dias	90.898	68.938	314.645	224.522
Vencidas até 30 dias	5.148	1.947	15.077	7.210
Vencidas de 31 a 60 dias	2.834	1.632	6.356	4.192
Vencidas de 61 a 90 dias	605	514	1.897	1.599
Vencidas de 91 a 120 dias	989	1.079	3.256	2.691
Vencidas de 121 a 360 dias	6.897	7.221	14.797	16.439
Vencidas há mais de 360 dias	28.111	35.488	75.098	81.997
	187.394	185.897	668.290	582.341

Abaixo, a composição por idade de vencimento dos valores a receber sem o impacto da linearização:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023		31.12.2023	
	31.12.2024	Reapresentado	31.12.2024	Reapresentado
A vencer de 721 a 1440 dias	13.479	24.271	93.615	85.660
A vencer de 361 a 720 dias	17.958	4.758	59.068	22.003
A vencer até 360 dias	85.779	58.926	293.525	190.515
Vencidas até 30 dias	5.148	1.947	15.077	7.210
Vencidas de 31 a 60 dias	2.834	1.632	6.356	4.192
Vencidas de 61 a 90 dias	605	514	1.897	1.599
Vencidas de 91 a 120 dias	989	1.079	3.256	2.691
Vencidas de 121 a 360 dias	6.897	7.221	14.797	16.439
Vencidas há mais de 360 dias	28.111	35.488	75.098	81.997
	161.800	135.836	562.689	412.306

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas adotam o cálculo da perda esperada do contas a receber com base na elaboração de uma “matriz de provisão”, levando em conta dados históricos de inadimplência com a definição de um percentual de provisionamento para cada faixa de vencimento da carteira de recebíveis. O aging list reflete a data original de cada título, não havendo alteração das datas originais dos títulos vencidos, que foram renegociados. O saldo da rubrica “Contas a receber” foi classificado na categoria de ativos financeiros “custo amortizado”.

A movimentação da provisão das perdas de créditos esperadas é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023		31.12.2023	
	31.12.2024	Reapresentado	31.12.2024	Reapresentado
Saldo inicial	(53.223)	(53.312)	(103.979)	(116.705)
Constituição de provisão das perdas de créditos esperadas	(618)	(6.400)	(2.652)	(10.590)
Reversão de créditos incobráveis	4.284	6.489	6.622	23.316
Saldo final	<u>(49.557)</u>	<u>(53.223)</u>	<u>(100.009)</u>	<u>(103.979)</u>

Para determinar a recuperação do contas a receber, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até a data de encerramento do período.

Abaixo o detalhamento do percentual da provisão das perdas esperadas:

	%	
	31.12.2024	31.12.2023
A vencer	3,44%	3,57%
Vencidas até 30 dias	26,69%	26,71%
Vencidas de 31 a 60 dias	33,24%	31,68%
Vencidas de 61 a 90 dias	38,39%	37,64%
Vencidas de 91 a 120 dias	42,19%	42,07%
Vencidas de 121 a 360 dias	60,19%	62,15%
Vencidas há mais de 360 dias	100,00%	100,00%

A composição por idade de vencimento dos valores incluídos na provisão das perdas esperadas é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
A vencer	(14.330)	(11.563)	(7.766)	(6.777)
Vencidas até 30 dias	(1.374)	(520)	(4.024)	(1.926)
Vencidas de 31 a 60 dias	(942)	(517)	(2.113)	(1.328)
Vencidas de 61 a 90 dias	(232)	(193)	(728)	(602)
Vencidas de 91 a 120 dias	(417)	(454)	(1.374)	(1.132)
Vencidas de 121 a 360 dias	(4.151)	(4.488)	(8.906)	(10.217)
Vencidas há mais de 360 dias	<u>(28.111)</u>	<u>(35.488)</u>	<u>(75.098)</u>	<u>(81.997)</u>
	<u>(49.557)</u>	<u>(53.223)</u>	<u>(100.009)</u>	<u>(103.979)</u>

Arrendamentos

A Companhia arrenda espaços nos seus shoppings centers, com prazo de vigência entre 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após este período. Excepcionalmente podem ter contratos com

Notas Explicativas

prazos de vigências e condições diferenciadas. Os valores são reajustados anualmente, de acordo com índices de mercado. Os aluguéis mínimos futuros a faturar sobre os arrendamentos não canceláveis, considerando as lojas em operação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, são apresentados conforme abaixo (informação não auditada):

	Consolidado 31.12.2024	Consolidado 31.12.2023
Até um ano	775.212	730.312
Entre dois a cinco anos	2.421.377	1.952.434
Mais de cinco anos	408.360	229.946
	<u>3.604.949</u>	<u>2.912.692</u>

6. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas representadas pelas empresas da Iguatemi S.A, que são realizadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições definidas pela Administração.

Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

Notas Explicativas

Saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante:				
Controladas e partes relacionadas:				
Dividendos/JCP a receber	-	24.979	-	-
Total do ativo circulante	-	24.979	-	-
Ifashion Outlet Santa Catarina (iii)				
Ifashion Outlet Novo Hamburgo (iii)	-	-	448	355
Shopping Center Galleria (iii)	-	-	6.247	5.861
Shopping Center Iguatemi São Paulo (iii)	1.389	1.593	1.790	2.020
Federação das Entidades Assistenciais Campinas (i)	-	6.887	-	6.887
Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto (iii)	-	-	3.278	3.095
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. (v)	-	-	-	12.422
Total de créditos com partes relacionadas	1.389	8.480	12.800	31.575
Total do ativo não circulante	1.389	8.480	12.800	31.575
Passivo circulante:				
Débitos com partes relacionadas:				
Arrendamento Shopping Center Iguatemi São Paulo (iv)	3.112	775	3.112	775
Outras partes relacionadas (ii)	2.325	6.481	1.925	1.627
Total de débitos com partes relacionadas	5.437	7.256	5.037	2.402
Dividendos a pagar:				
Acionistas controladores:				
Iguatemi S.A.	88.018	72.847	88.018	72.847
Total de dividendos a pagar	88.018	72.847	88.018	72.847
Total do passivo circulante	93.455	80.103	93.055	75.249
Passivo não circulante:				
Débitos com partes relacionadas:				
Arrendamento Shopping Center Iguatemi São Paulo (iv)	2.985	8.555	2.985	8.555
Total dos débitos com partes relacionadas	2.985	8.555	2.985	8.555
Total do passivo não circulante	2.985	8.555	2.985	8.555
Total de débitos com partes relacionadas	96.440	88.658	96.040	83.804

(i) Refere-se a um mútuo com a FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, a qual detém uma participação de 30% do Shopping Center Iguatemi Campinas, com a finalidade de financiamento para expansão do shopping, com remuneração de CDI + 0,8% a.a. e liquidado em setembro de 2024.

(ii) Refere-se substancialmente aos créditos e débitos junto aos diversos condomínios dos shoppings, oriundos dos processos de reembolso de diversos pagamentos, realizados pela Companhia.

(iii) Os saldos de partes relacionadas entre o condomínio civil e o condomínio comercial referem-se aos reembolsos de despesas não honradas pelos locatários e foram aportados pelos empreendedores, conforme determinam as Leis nº 4.591/64 e nº 8.245/91.

(iv) Valor a pagar referente um contrato de arrendamento do escritório corporativo, com o Shopping Iguatemi São Paulo e vencimento em 31 de dezembro de 2026, em função da adoção do IFRS16/CPC06 R2.

(v) Transferência da participação de 36% do Shopping Iguatemi Porto Alegre da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda para Iguatemi S.A. liquidado em setembro de 2024

Notas Explicativas

Transações

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Custo dos serviços prestados:				
Serviços prestados por controladas aos shopping centers:				
AEST - Administradora de estacionamentos Ltda.(ii)	(8.353)	(7.775)	-	-
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. (ii)	(39.620)	(38.277)	-	-
SP74 - Iguatemi Leasing Ltda. (i)	(14.549)	(14.469)	-	-
SCRB - Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda. (iii)	(16.055)	(15.415)	-	-
	<u>(78.577)</u>	<u>(75.936)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Serviços prestados por acionista controlador:				
GJ Investimentos S.A. (iv)	(1.560)	(1.560)	(1.560)	(1.560)
	<u>(1.560)</u>	<u>(1.560)</u>	<u>(1.560)</u>	<u>(1.560)</u>
Mútuos com partes relacionadas:				
Federação das Entidades Assistenciais de Campinas	645	1.108	645	1.108
IFASHION Outlet Santa Catarina	-	-	67	50
IFASHION Outlet Novo Hamburgo	-	-	6	53
Shopping Center Galleria	-	-	626	692
Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto	-	-	321	330
	<u>645</u>	<u>1.108</u>	<u>1.665</u>	<u>2.233</u>

- (i) Referem-se a serviços prestados de corretagens por locação de lojas nos empreendimentos próprios.
- (ii) Referem-se a serviços de administração dos empreendimentos e estacionamentos.
- (iii) Referem-se a serviços de administração dos condomínios.
- (iv) Referem-se a serviços administrativos prestados pela controladora Iguatemi S.A., tais como consultoria financeira e fiscal.

A seguir, um resumo dos contratos celebrados entre a Companhia e as empresas relacionadas:

Contratos com a SP74 - Iguatemi Leasing

A Iguatemi Leasing possui diversos contratos de prestação de serviços celebrados com os shopping centers em que há participação e/ou administração da Companhia, visando à comercialização e intermediação de espaços promocionais e de lojas, em condições específicas pactuadas entre as partes.

Contratos com as administradoras AEST, AEMP e SCR

Estas empresas mantêm contratos de prestação de serviços de administração em diversos empreendimentos do Grupo, as quais foram praticadas em condições específicas pactuadas entre as partes.

Contratos de mútuo

A Companhia celebra empréstimos e financiamentos na qualidade de mutuante, com o objetivo de financiar o capital de giro de empresas relacionadas, e na qualidade de mutuária, com a finalidade de financiar seus empreendimentos. Os prazos e as condições dos contratos estão discriminados no quadro anterior.

Notas Explicativas

Remuneração dos Administradores

A remuneração anual da Administração referente a benefícios de curto prazo, no montante de R\$ 44.444, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2024.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração sob responsabilidade da controladora estão apresentados a seguir, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios de curto prazo (i)	22.171	22.233
Pagamento baseado em ações (ii)	9.592	7.168
	<u>31.763</u>	<u>29.401</u>

- (i) Correspondem substancialmente a honorários de diretoria e participação no resultado incluindo bônus por desempenho.
- (ii) Corresponde ao custo das opções aos administradores.

Garantia prestada às controladas

- (a) Em 04 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Companhia de fiança em favor da Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda., visando a garantia da operação de securitização dos créditos imobiliários decorrentes do compromisso de venda e compra dos imóveis que compõem o Shopping Center Galleria, firmado por suas controladas Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda., junto à Securitizadora RB Capital Companhia de Securitização no valor de R\$210.000, com taxa de CDI + 0,15% a.a. e prazo de 120 meses, conforme nota explicativa nº 11 (c).
- (b) Em 28 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Companhia de fiança em favor da CSC 142 Participações, visando a garantia da operação de securitização dos créditos imobiliários decorrentes do compromisso de venda e compra do imóvel localizado na cidade de Tijucas, sobre o qual será erguido um complexo comercial a ser desenvolvido sobre a totalidade do imóvel, junto à Securitizadora RB Capital Companhia de Securitização no valor de R\$105.000, com taxa de CDI + 1,30% a.a. e prazo de 228 meses, conforme nota explicativa nº 11 (d).
- (c) Em 31 de março de 2016, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela Companhia de fiança em favor da CSC41 Participações Ltda., visando a garantia da operação de securitização dos créditos imobiliários junto à Securitizadora RB Capital Companhia de Securitização no valor de R\$105.000, com taxa de CDI + 1,30% a.a. e prazo de 228 meses, conforme nota explicativa nº 11 (e).

Notas Explicativas

7. INVESTIMENTOS

Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Mais valia de investimentos (a)	74.049	75.298	112.782	116.425
Rentabilidade futura (i)	88.169	88.169	-	-
Participações societárias (b)	3.304.546	3.159.198	32.728	33.509
Outros investimentos (ii)	20.899	20.899	47.088	21.217
	3.487.663	3.343.564	192.598	171.151

- (i) Ágios gerados na aquisição de 100% de participação das subsidiárias Lasul e SISP e têm como fundamento a rentabilidade futura dos empreendimentos SCIPA e SCISP, respectivamente. Foi avaliado a expectativa de recuperação e não houve identificação de indicadores de impairment, com base nas mesmas premissas utilizadas na avaliação do valor justo das propriedades para investimentos, conforme nota explicativa nº 8.
- (ii) Os valores de outros investimentos referem-se as participações na empresa Rojo Entretenimento S.A. "Teatro Santander" e FIP Venture Iguatemi ("FIP"). A participação no capital social da Rojo Entretenimento S.A equivale a 5% e no capital do FIP equivale a 100%.

a) Composição do ágio por mais valia de ativo

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024		31.12.2023	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Mais valia na aquisição da SISP Participações S.A. (i)	28.811	(3.853)	24.958	25.156	-	-	-	-
Mais valia na aquisição da Solway Participações S.A. (i)	30.058	(8.259)	21.799	22.215	-	-	-	-
Mais valia na emissão de ações - JK Iguatemi (i)	8.566	(653)	7.913	7.966	-	-	-	-
Mais valia na aquisição da RAS Shopping Centers Ltda. (i)	10.289	(3.201)	7.088	7.317	-	-	-	-
Mais valia na aquisição da SPH 1 Iguatemi Emp. Imobiliários S.A. (i)	15.637	(3.346)	12.291	12.644	-	-	-	-
Mais valia na aquisição da Odivelas Participações S.A. (ii)	-	-	-	-	3.495	-	3.495	3.495
Mais valia na aquisição da Maijoma Participações S/A (iii)	-	-	-	-	112.930	(3.643)	109.287	112.930
	93.361	(19.312)	74.049	75.298	116.425	(3.643)	112.782	116.425

- (i) Mais valia de investimentos gerados na aquisição de participações societárias, foram reclassificados para a rubrica de propriedades para investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 08.
- (ii) Mais valia de investimentos gerado na aquisição de fração adicional da Odivelas Participações S.A, com vida útil a ser definida após a conclusão do projeto. Por tratar-se de uma participação minoritária que não detém o controle da operação, o ágio não foi reclassificado para a rúbrica de propriedade para investimentos.
- (iii) Mais valia de investimentos gerado na aquisição de participação na empresa Maijoma Participações S.A, o qual detém 14% no Shopping Iguatemi Porto Alegre e na torre Iguatemi Business anexa ao shopping. Por tratar-se de uma participação minoritária que não detém o controle da operação, o ágio não foi reclassificado para a rúbrica de propriedade para investimentos.

Movimentações dos ágios por mais valia de ativo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	75.298	76.547	116.425	116.425
Amortizações	(1.249)	(1.249)	(3.643)	-
Saldo Final	74.049	75.298	112.782	116.425

Notas Explicativas

b) Movimentação das participações societárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	3.159.198	3.359.728	33.509	35.036
Aumento de capital (i)	339.738	164.147	348	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	116.572	(157.423)	-	-
Redução de capital em controladas	(233.774)	(222.103)	-	-
Venda de participação (ii)	(154.324)	(27)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	(29.387)	-	-
Equivalência patrimonial	368.886	357.410	390	(1.536)
Aquisição	-	6.199	-	-
Dividendos recebidos	(291.750)	(319.346)	(1.519)	(1.548)
Outros	-	-	-	1.557
Saldo final	<u>3.304.546</u>	<u>3.159.198</u>	<u>32.728</u>	<u>33.509</u>

(i) No mês de Junho de 2024, o acionista controlador realizou um aumento de capital mediante a transferência de 100% quotas do Fundo Venture Iguatemi Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Venture Iguatemi”).

(ii) Refere-se a liquidação de um dos principais ativos correspondente a participação de 4,8% na Infracommerce CXAAS S/A, geridos pelo FIP Venture Iguatemi (“FIP”), o qual a controladora detém diretamente 50% de participação e sua controlada SCIALPHA Participações Ltda (“SCIALPHA”), detém 50% de participação.

Informações financeiras de controladas com participações de não controladores e de controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Administração analisou as informações financeiras das controladas com participações de não controladores e das controladas em conjunto e concluiu que tais informações são imateriais para fins de divulgação. Contudo, como informação adicional segue principais saldos dos ativos, passivos e os resultados dos exercícios:

	Ativo					Lucro (Prejuízo)	
		Capital social		Patrimônio líquido		líquido do exercício	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
AGSC		702	200	74	74	415	(18)
Outros		1.413	1.655	695	695	982	978
						4.653	4.300
						525	261

Notas Explicativas

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Ao custo

Descrição	Vida útil média remanescente em anos	Terrenos	Edificações, instalações e outros	Depreciação acumulada	Total
Controladora					
31.12.2024	26 a 60 (*)	140.009	1.795.874	(603.515)	1.332.368
31.12.2023	27 a 60 (*)	140.009	1.698.800	(555.658)	1.283.151
Consolidado antes da mais valia					
31.12.2024	26 a 60 (*)	410.494	5.088.021	(1.541.892)	3.956.623
31.12.2023	27 a 60 (*)	422.064	4.944.080	(1.406.027)	3.960.117
Mais valia reclassificados (**)					
31.12.2024	39 a 60	34.785	58.576	(19.312)	74.049
31.12.2023	40 a 60	34.785	58.576	(18.063)	75.298
Total consolidado 2024		445.279	5.146.597	(1.561.204)	4.030.672
Total consolidado 2023		456.849	5.002.656	(1.424.090)	4.035.415

(*) A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimento é avaliada anualmente e reflete a natureza dos bens e sua utilização pela Companhia.

(**) Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 (a) refere-se à mais-valia do ativo, sendo apresentado como investimento na controladora, e, devido à sua origem, é apresentado no consolidado como propriedade para investimento. Os valores estão apresentados líquidos de amortização.

As rendas e os substanciais custos gerados pelas propriedades para investimentos, estão mencionadas respectivamente nas notas explicativas nº 20 e 21.

A movimentação das propriedades para investimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.283.151	1.265.842	4.035.415	4.184.129
Adições	117.300	61.269	289.662	169.429
Baixas (i)	(20.225)	-	(157.283)	(186.472)
Depreciações	(47.858)	(43.960)	(137.122)	(131.671)
Saldo Final	<u>1.332.368</u>	<u>1.283.151</u>	<u>4.030.672</u>	<u>4.035.415</u>

(i) Referem-se a venda das participações de 50% do Shopping Iguatemi São Carlos e 18% do Shopping Iguatemi Alphaville. As informações detalhadas da operação estão divulgadas no comunicado a mercado de 28 de junho de 2024, adicionalmente a estas operações, no mês de Outubro de 2024 foi realizada a transferência da fração de 12% do Shopping Center Iguatemi JK para a uma controlada da Iguatemi S.A. Já em 31 de dezembro de 2023, refere-se a transferência de 36% do Shopping Iguatemi Porto Alegre, para o acionista controlador, Iguatemi S.A. via realização de reserva de capital.

Notas Explicativas

A Companhia anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
	Shoppings em operação	Shoppings em operação
Valor Justo	13.636.500	11.532.790
Área bruta locável própria (mil m ²)	458	447

A Companhia adotou a metodologia de cálculo do valor justo, por meio do fluxo de caixa descontado - modelo Nominal (valor justo - nível III), o qual foi preparado por especialistas internos, considerando, qualificações físicas, premissas e estimativas ponderadas com informações do mercado imobiliário, bem como tendências macro econômicas para um período de dez anos. Essas premissas consitiram nas projeções de Receita, Custos e Despesas. Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do "guidance").

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa média de desconto real	9% a.a.	8,5% a.a.
Taxa de ocupação	96,6%	96,4%
Taxa de crescimento real na perpetuidade	2% a.a.	2% a.a.
Inflação anual na perpetuidade	3,6% a.a.	4,0% a.a.

Com base no valor justo das propriedades para investimento, a Administração concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Controladora		
		31.12.2024		31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações, máquinas e equipamentos	10	28.193	(13.889)	14.304
Móveis e utensílios	10	6.957	(6.626)	331
Equipamentos de informática	33,33	19.316	(16.385)	2.931
Outros	20	4.594	(4.219)	375
		<u>59.060</u>	<u>(41.119)</u>	<u>17.941</u>
				20.277

Notas Explicativas

Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
	31.12.2024		31.12.2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações, máquinas e equipamentos	10	81.749	(57.290)	24.459
Móveis e utensílios	10	13.184	(9.931)	3.253
Equipamentos de informática	33,33	24.016	(20.554)	3.462
Outros	20	18.385	(13.956)	4.429
		137.334	(101.731)	35.603
				45.213

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	20.277	4.963	45.213	45.318
Adições	5.548	23.380	10.200	29.924
Baixas	-	-	(1.236)	(10.224)
Depreciações	(7.884)	(8.066)	(18.574)	(19.805)
Saldo Final	17.941	20.277	35.603	45.213

Com base nas mesmas premissas utilizadas na avaliação do valor justo das propriedades para investimentos, conforme nota explicativa nº 8, a administração, concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

10. INTANGÍVEL

	Controladora			
	31.12.2024		31.12.2023	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software em desenvolvimento (ii)	4.552	-	4.552	11.762
Outros (iii)	76.199	(63.814)	12.385	10.707
	80.751	(63.814)	16.937	22.469
Consolidado				
	31.12.2024		31.12.2023	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
	88.169	-	88.169	88.169
Ágio de rentabilidade futura (i)	4.552	-	4.552	11.762
Software em desenvolvimento (ii)	81.159	(67.322)	13.837	11.943
Outros (iii)	173.880	(67.322)	106.558	111.874

- (i) Os ágios líquidos de amortizações nos montantes de R\$76.365 (SISP Participações S.A) e R\$11.804 (Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda.) foram apurados pela Companhia ao longo do exercício de 2007, mediante as aquisições das participações societárias das respectivas empresas. Esses ágios estão economicamente fundamentados por meio da rentabilidade futura dos shoppings - Shopping Center Iguatemi Porto Alegre (Lasul) e Shopping Center Iguatemi São Paulo (SISP).
- (ii) Módulos em desenvolvimento são agregados ao custo, cujo o prazo de conclusão, em média é de um ano.
- (iii) Refere-se a implantação e melhorias dos diversos sistemas de tecnologia, cuja amortização é realizada no prazo de três anos.

Notas Explicativas

Segue a movimentação dos intangíveis:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	22.469	18.811	111.874	116.633
Adições	4.552	11.762	6.002	11.762
Baixas (i)	-	-	-	(8.335)
Amortizações	(10.084)	(8.104)	(11.318)	(8.186)
Saldo Final	16.937	22.469	106.558	111.874

(i) Refere-se a transferência da empresa Iguatemi I365 Ltda, para controladora Iguatemi S.A.

Análise de recuperabilidade do ágio de rentabilidade futura

A unidade geradora de caixa (UGC) à qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) tiver sido alocado deve ser testada para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável (“impairment”). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o “goodwill”), com o seu valor recuperável, e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de que a UGC possa estar desvalorizada.

O ágio testado para fins de redução ao valor recuperável, considera a UGC dos shoppings Iguatemi São Paulo e Iguatemi Porto Alegre. A Companhia analisou o valor recuperável por meio do fluxo de caixa descontado - modelo nominal, o qual foi preparado por especialistas internos, considerando as qualificações físicas, premissas e estimativas ponderadas com informações do mercado imobiliário, bem como tendências macro econômicas.

A Companhia adotou a metodologia de cálculo do valor justo, por meio do fluxo de caixa descontado - modelo Nominal (valor justo - nível III), o qual foi preparado por especialistas internos, considerando, qualificações físicas, premissas e estimativas ponderadas com informações do mercado imobiliário, bem como tendências macro econômicas para um período de dez anos. Essas premissas consistiram nas projeções de Receita, Custos e Despesas, que se baseiam na experiência passada ajustada para as expectativas de tendências de mercado e decisões estratégicas tomadas com relação às unidades geradoras de caixa. Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do “guidance”).

As principais premissas que balizaram a estimativa de valor estão descritas a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa média de desconto real	8,2% a.a.	7,7% a.a.
Taxa de ocupação	97,7%	97,9%
Taxa de crescimento real na perpetuidade	2% a.a.	2% a.a.
Inflação anual na perpetuidade	3,6% a.a.	4% a.a.

Com base na avaliação ao valor recuperável dos shoppings (mensurados por meio dos fluxos de caixa) frente ao valor de custo líquido, ágios de rentabilidade futura e ágios de mais valia alocados aos respectivos shoppings (quando aplicável), a Administração concluiu que não há necessidade de provisão para desvalorização do ativo.

Notas Explicativas

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
			31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Itaú TR + 6,0% a 8,6% a.a	10 de julho de 2031	(a)	46.375	52.964	46.375	52.964
Itaú TR + 6,0% a 8,6% a.a	15 de dezembro de 2030	(b)	83.556	96.662	83.556	96.662
Opea CDI + 0,15% a.a	17 de setembro de 2025	(c)	-	-	37.947	78.939
Opea CDI + 1,30% a.a	15 de dezembro de 2034	(d)	-	-	89.325	92.388
Opea CDI + 1,30% a.a	19 de março de 2035	(e)	-	-	95.500	97.064
Opea 96% do CDI	18 de setembro de 2024	(f)	-	143.496	-	143.496
Itaú TR + 5,0% a 8,6% a.a	29 de março de 2032	(g)	130.762	147.339	130.762	147.339
Itaú TR + 5,0% a 8,6% a.a	29 de março de 2032	(h)	-	-	64.236	72.383
Opea CDI + 0,30% a.a	11 de junho de 2032	(i)	129.037	-	129.037	-
Opea 103% CDI	11 de junho de 2032	(i)	555.030	-	555.030	-
			<u>944.760</u>	<u>440.461</u>	<u>1.231.768</u>	<u>781.235</u>
Circulante			40.291	182.942	93.334	238.290
Não circulante			904.469	257.519	1.138.434	542.945

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
TR	260.693	296.965	324.929	369.348
CDI	684.067	143.496	906.839	411.887
	<u>944.760</u>	<u>440.461</u>	<u>1.231.768</u>	<u>781.235</u>

Cronograma da dívida

O cronograma de desembolso de dívidas de longo prazo para com terceiros está programado dessa forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
2026 a 2027	35.628	76.653	59.771	152.649
2028 a 2035	868.841	180.866	1.078.663	390.296
	<u>904.469</u>	<u>257.519</u>	<u>1.138.434</u>	<u>542.945</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	440.461	871.752	781.235	1.336.291
Captações	700.000	-	700.000	-
Pagamento principal e juros	(274.557)	(510.070)	(362.210)	(684.942)
Juros provisionados	76.755	76.873	109.664	126.211
Custos de captação	2.101	1.906	3.079	3.675
Saldo final	<u>944.760</u>	<u>440.461</u>	<u>1.231.768</u>	<u>781.235</u>

Descrição das principais características dos empréstimos e financiamentos:

- a) Com o objetivo de expansão do Shopping Center Iguatemi Porto Alegre, a Controlada celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A. em 11 de julho de 2014, no valor de R\$78.000, com taxa TR + 6,0, sendo liberado na sua totalidade com custo total de captação no valor de R\$1.571. Como garantia, a Controlada apresentou a fração de 40% (quarenta por cento) do Shopping Campinas e sua futura expansão. A amortização vem ocorrendo no prazo de 144 meses, através

Notas Explicativas

do Sistema de Amortização Constante - SAC. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$46.375 (R\$52.964 em 2023) na controladora e no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants financeiros.

- b) Com o objetivo de expansão do Shopping Center Iguatemi Campinas, a Controlada celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A. em 11 de julho de 2014, no valor de R\$152.000, com taxa TR + 6,0, sendo liberado na sua totalidade. Como garantia, a Controlada apresentou a fração de 40% (quarenta por cento) do Shopping Campinas e sua futura expansão. A amortização vem ocorrendo no prazo de 144 meses, através do Sistema de Amortização Constante - SAC. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$83.556 (R\$96.662 em 2023) na controladora e no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants financeiros.
- c) Em 24 de setembro de 2015, a Controlada realizou uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$210.000 em nome da controlada Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda., para capitalizar a Companhia. O Certificado de Recebíveis Imobiliários teve o fechamento de bookbuilding a taxa de CDI + 0,15% a.a. com carência de 48 meses e amortização em 72 meses a partir de outubro de 2019. Como garantia, a Controlada apresentou a fração de 100% (cem por cento) do Shopping Galleria. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$37.947 (R\$78.939 em 2023) no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants financeiros.
- d) Em 28 de dezembro de 2015, foi realizada uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$105.000 e liberado em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$35.000 e 04 de janeiro de 2016 o valor de R\$70.000 em nome da controlada CSC 142 Participações Ltda., para construção do futuro outlet na cidade de Tijucas em Santa Catarina. O Certificado de Recebíveis Imobiliários foi distribuído a taxa de CDI + 1,30% a.a. e amortização em 228 meses. Como garantia, a Controlada apresentou a fração de 50% do Shopping Iguatemi JK. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$89.325 (R\$92.388 em 2023) no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants financeiros.
- e) Em 30 de junho de 2016, foi realizada uma operação de Securitização junto ao mercado através da Securitizadora RB Capital no valor de R\$105.000 em nome da controlada CSC 41 Participações Ltda., para capitalizar a Controlada. O Certificado de Recebíveis Imobiliários foi distribuído a taxa de CDI + 1,30% a.a. e amortização em 22 meses. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 50% do Shopping Iguatemi JK. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$95.500 (R\$97.064 em 2023) no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants financeiros.
- f) Em 24 de julho de 2017, a Controlada foi autorizada pelo Conselho de Administração a emitir a quinta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, a ser vinculada à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"). A operação foi concluída em 18 de setembro de 2017, no valor total de R\$279.635 e custo de captação total de R\$7.600, com remuneração limitada a 96% da variação acumulada da taxa DI e amortização em 84 meses. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo foi liquidado (R\$143.496 em 2023) na controladora e no consolidado. Esta operação não possuía cláusula de covenants financeiros.
- g) Com o objetivo de aumentar sua participação no Praia de Belas Shopping Center, a Controlada celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A. em 23 de março de 2020, no valor de R\$174.600, com taxa escalonada entre TR + 8,60 e TR + 5,00%, taxa essa verificada mensalmente com base na Taxa Selic apurada na data de cada vencimento. Como garantia, a Controlada apresentou a fração de 37,545% do Praia de Belas Shopping Center. A amortização vem ocorrendo no prazo de 120 meses, através do Sistema de Amortização Constante - SAC. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$130.762 (R\$147.339 em 2023) na controladora e no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants financeiros.

Notas Explicativas

- h) Com o objetivo de aumentar sua participação no Esplanada Shopping, a Controlada celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A. em 23 de março de 2020, no valor de R\$85.500, com taxa escalonada entre TR + 8,60 e TR + 5,00%, taxa essa verificada mensalmente com base na Taxa Selic apurada na data de cada vencimento. Como garantia, a Controlada apresentou a fração de 27,3271782% do Esplanada Shopping. A amortização vem ocorrendo no prazo de 120 meses, através do Sistema de Amortização Constante - SAC. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$64.236 (R\$72.383 em 2023) no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants financeiros.
- i) Em 29 de maio de 2024, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração emitir a 12ª Emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em 2 séries, a ser vinculada à 298ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da Opea Securitizadora. A operação foi concluída em 21 de junho de 2024 no montante total de R\$700.000, sendo: 1ª série no valor de R\$148.083 com remuneração de 100% CDI+ 0,30% a.a., vencimento em 11 de junho de 2032 e amortização na mesma data; 2ª série no valor de R\$551.917 com remuneração de 103% do CDI, vencimento em 11 de junho de 2032 e amortizações em 11 de junho de 2031 e 11 de junho de 2032. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$684.067. Esta operação não possui cláusula de covenants financeiros.

12. DEBÊNTURES

Os recursos obtidos pela Companhia com as ofertas são utilizados para financiar: (a) a expansão das operações dos shopping centers nos quais a Companhia é titular de participação; (b) a aquisição de maior participação; (c) a aquisição de participação em shopping centers de terceiros já existentes e em redes de menor porte; (d) a concepção, a incorporação e a administração de novos shopping centers; e (e) o refinanciamento de obrigações financeiras vincendas.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Debêntures 7º emissão	-	408.262
Debêntures 10º emissão	515.131	515.712
Debêntures 11º emissão	235.104	498.808
Debêntures 13º emissão	305.925	-
	1.056.160	1.422.782
Circulante	124.564	425.571
Não circulante	931.596	997.211

As debêntures não são conversíveis e foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, tendo a Oferta sido efetivada de acordo com o resultado do procedimento de "bookbuilding".

As debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

Notas Explicativas

Décima emissão

Em outubro de 2020, a Companhia realizou sua décima emissão de Debêntures, por meio de oferta pública via Instrução CVM 476. Foram alocadas 500.000 (Quinhentas mil) debêntures em até duas séries, com vasos comunicantes, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), sendo a primeira série com vencimento final em 28 de setembro de 2025 e a segunda série com vencimento de 50% em 28 de setembro de 2026 e 50% em 28 de setembro de 2027.

A emissão de debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em setembro de 2020.

O prazo de vencimento será de 5 (cinco) anos para a primeira série e 7 (sete) anos para a segunda série, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures da primeira série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das debêntures e, o valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em duas parcelas.

Nas debêntures da primeira série, incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,15% ao ano, base 252 dias úteis e para a segunda série incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,45% ao ano, base 252 dias úteis todos calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização, até a data do efetivo pagamento de ambas as séries.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$1.261 (não circulante R\$802) e em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$1.719 (não circulante R\$1.261).

Décima primeira emissão

Em julho de 2021, a Companhia realizou sua décima primeira emissão de Debêntures, por meio de oferta pública via Instrução CVM 476. Foram alocadas 500.000 (Quinhentas mil) debêntures em até duas séries, com vasos comunicantes, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), sendo a primeira série com vencimento final em 24 de junho de 2026 e a segunda série com vencimento em 24 de junho de 2028.

A emissão de debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em junho de 2021.

O prazo de vencimento será de 5 (cinco) anos para a primeira série e 7 (sete) anos para a segunda série, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures da primeira série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das debêntures e, o valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais, senda a primeira em junho/2027 e a segunda na data de vencimento das debêntures.

Nas debêntures da primeira série, incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,48% ao ano, base 252 dias úteis e para a segunda série incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,63% ao ano, base 252 dias úteis todos calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização, até a data do efetivo pagamento de ambas as séries.

Notas Explicativas

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$1.516 (não circulante R\$1.093) e em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$1.940 (não circulante R\$1.528).

Décima terceira emissão

Em 13 de setembro de 2024, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração a emitir a 13ª Emissão de Debêntures simples, não conversível em ações, em série única com prazo total de 6 anos. A operação foi concluída em 25 de setembro de 2024 no montante de R\$ 300.000 com remuneração de 100% do CDI + 0,45% a.a., com vencimento em 20 de setembro de 2030 e amortização ao final do 5º e 6º ano. Os recursos ora captados, foram utilizados para efetuar o pagamento antecipado da 11ª Emissão de Debêntures 1ª série, cujo vencimento é 24 de junho de 2026 e tem um custo de CDI +1,48% a.a. Esta operação possui cláusula de covenants financeiros.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$3.192 (não circulante R\$2.637).

Cláusulas contratuais - “Covenants”

A Companhia possui cláusulas de covenants nos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes ao atendimento de certos índices financeiros e não financeiros como requisitos para alteração de controle societário, limitação à venda significativa de ativos entre outros.

Abaixo as debêntures que possuem cláusulas que determinam os seguintes níveis de endividamento e alavancagem:

Debêntures	Nível de alavancagem e endividamento
10º Emissão	Dívida Líquida / EBITDA < 4,00 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00
11º Emissão	Dívida Líquida / EBITDA < 4,00 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00
13º Emissão	Dívida Líquida / EBITDA < 4,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,50

A exigibilidade do atendimento aos índices financeiros e não financeiros é trimestral e com base na avaliação da Companhia todas as cláusulas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2024 e não existem cláusulas de opção de repactuação.

A movimentação das debêntures, registradas no passivo circulante e não circulante, é como segue:

Notas Explicativas

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldo inicial	1.422.782	1.729.059
Captações	300.000	-
Pagamento principal e juros	(829.111)	(530.287)
Custos de emissão	2.080	2.701
Juros provisionados	160.409	221.309
Saldo final	<u>1.056.160</u>	<u>1.422.782</u>

O cronograma de amortização do valor principal, classificados no passivo não circulante é como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
2025 10° emissão	-	100.000
2026 11° emissão	-	263.871
2027 10° emissão	400.000	400.000
2028 11° emissão	236.129	236.129
2030 13° emissão	<u>300.000</u>	<u>-</u>
	<u>936.129</u>	<u>1.000.000</u>
Custos de emissão a apropriar	<u>(4.533)</u>	<u>(2.789)</u>
	<u>931.596</u>	<u>997.211</u>

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Tributos diferidos (i)	-	2.365	8.519	11.353
PIS, Cofins e Fundo de Investimento Social - Finsocial	4.325	5.972	9.126	10.420
Outros impostos e contribuições (ii)	<u>715</u>	<u>4.553</u>	<u>17.175</u>	<u>14.562</u>
	<u>5.040</u>	<u>12.890</u>	<u>34.820</u>	<u>36.335</u>
Circulante	5.040	10.525	26.301	24.982
Não circulante	-	2.365	8.519	11.353

(i) Refere-se substancialmente aos tributos Pis e COFINS sobre a linearização dos descontos, conforme nota explicativa nº 05, item (i).

(ii) O saldo em 31 de dezembro de 2024, refere-se substancialmente aos valores de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, R\$ 11.235 no consolidado.

14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas subsidiárias vêm se defendendo, nas esferas judicial e administrativa, de processos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Dessa forma, foi constituída provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir prováveis desembolsos futuros.

Notas Explicativas

a) Composição do saldo contábil

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Não circulante:				
Trabalhistas (i)	291	273	516	500
Outros (ii)	23	24	1.358	1.358
	314	297	1.874	1.858

(i) A Companhia e suas controladas são réis em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados. Com base na estimativa de perda avaliada pela Administração e seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu uma provisão, em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 291 (R\$ 273 em 2023) e R\$ 516 no consolidado (R\$ 500 em 2023).

(ii) Referem-se a substancialmente a provisão dos processos de IPTU pela Prefeitura de Votorantim e Sorocaba, que perfazem em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 1.210 (R\$ 1.210 em 2023).

Riscos tributários, cíveis e indenizatórios com perda possível

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e indenizatórios surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo “possível” risco de perda. Em 31 de dezembro de 2024, os valores estimados de perda em processos tributários totalizam no consolidado R\$63.406 (R\$89.542 em 2023), em processos cíveis no consolidado R\$1.266 (R\$6.905 em 2023) processos indenizatórios no consolidado R\$6.756 (R\$7.624 em 2023). Para os processos cíveis, na sua grande maioria são cobertos por uma apólice de seguro, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 item (b).

Movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	297	416	1.858	2.123
Provisões líquidas de reversões	17	(119)	16	(265)
Saldo final	314	297	1.874	1.858

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas subsidiárias contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos, debêntures, entre outros.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas subsidiárias, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Notas Explicativas

15.2 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia e suas investidas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- (iii) Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis) (Nível 3).

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

Natureza	Hierarquia do Valor Justo	Consolidado			Consolidado		
		31.12.2024			31.12.2023		
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	-	38.535	38.535	-	48.944	48.944
Aplicações financeiras	Nível 2	1.320.961	12.826	1.333.787	1.146.866	11.606	1.158.472
Contas a receber	N/A	-	215.028	215.028	-	339.876	339.876
Outras contas a receber	N/A	-	141.121	141.121	-	138.486	138.486
Empréstimos a receber	N/A	-	970	970	-	744	744
Créditos com outras partes relacionadas	N/A	-	12.800	12.800	-	31.575	31.575
Outros créditos	N/A	-	5.726	5.726	-	10.433	10.433
Outros investimentos	Nível 3	21.217	-	21.217	21.217	-	21.217
Total		1.342.178	427.006	1.769.184	1.168.083	581.664	1.749.747
Passivos							
Fornecedores	N/A	-	14.265	14.265	-	20.773	20.773
Empréstimos e financiamentos	N/A	-	1.231.768	1.231.768	-	781.235	781.235
Debêntures e encargos	N/A	-	1.056.160	1.056.160	-	1.422.782	1.422.782
Débitos com outras partes relacionadas	N/A	-	8.022	8.022	-	10.957	10.957
Outras obrigações	N/A	-	3.573	3.573	-	5.140	5.140
Total		-	2.313.788	2.313.788	-	2.240.887	2.240.887

15.3 Fatores de riscos

A principal fonte de receitas da Companhia e de suas subsidiárias são os aluguéis dos lojistas dos shopping centers.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia e de suas subsidiárias, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias estão apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A Companhia e suas investidas possuem controles internos capazes de monitorar o nível de inadimplência de seus clientes para controle do risco de crédito da carteira, que é composta por clientes pulverizados. As premissas consideradas pela Companhia para avaliar a aceitação de clientes potenciais, são: as garantias aceitas (imóvel, carta-fiança,

Notas Explicativas

seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios, fiadores e caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas. A provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data-base de balanço, mediante análise dos dados históricos de inadimplência e projeção de perda esperada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base de balanço é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação (“write-off”). Os recebíveis baixados pela Companhia continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do período.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

O quadro abaixo, demonstra os detalhes como o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e amortizações. Este quadro foi elaborado de acordo com os fluxos de caixa não descontados, com base na data mais próxima em que a Companhia espera quitar estas obrigações.

	31.12.2024	Controladora				Consolidado			
		Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Empréstimos e financiamentos		40.291	35.628	868.841	944.760	93.334	59.771	1.078.663	1.231.768
Debêntures		124.564	636.129	295.467	1.056.160	124.564	636.129	295.467	1.056.160
Total		164.855	671.757	1.164.308	2.000.920	217.898	695.900	1.374.130	2.287.928

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa subtraído do montante de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos.

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira	1.372.322	1.207.416
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.287.928)	(2.204.017)
Posição Financeira Líquida	(915.606)	(996.601)
Patrimônio líquido	3.805.420	3.665.445

d) Risco de variação de preço

Os contratos de aluguel, em geral, são atualizados pela variação anual do Índice Geral de

Notas Explicativas

Preços de Mercado - IGP-M e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme estabelecido nos contratos de aluguel. Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

e) Risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, descritos nas notas explicativas anteriores. Esses instrumentos financeiros são subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como TJLP e CDI, bem como saldo impostos e tributos a pagar, com juros à taxa Selic e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Análise de sensibilidade de variações nos índices de correção monetária

A administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TR e principalmente ao CDI. O risco está associado à oscilação dessas taxas.

No período encerrado de 31 de dezembro de 2024, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI e TR, obtidas no site do Portal Brasil e Bolsa do Brasil - B3. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, ao TR com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das oscilações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas.

Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na nota explicativa nº 4.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Notas Explicativas

Valores totais de juros a serem pagos nos cenários de sensibilidade estimados:

Operação	Taxa	Risco individual	Controladora					Consolidado				
			31.12.2024					31.12.2024				
			Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável												
Dívidas em CDI	12,65	Manutenção CDI	254.839	253.587	302.509	786.592	1.597.527	279.610	295.311	333.904	809.633	1.718.458
Dívidas em TR	0,17	Manutenção TR	21.346	33.246	20.176	4.459	79.227	26.736	42.271	26.754	8.766	104.527
Total vinculado a taxas de juros			<u>276.185</u>	<u>286.833</u>	<u>322.685</u>	<u>791.051</u>	<u>1.676.754</u>	<u>306.346</u>	<u>337.582</u>	<u>360.658</u>	<u>818.399</u>	<u>1.822.985</u>
Cenário Possível > 25%												
Dívidas em CDI	15,81	Elevação em CDI	281.814	271.138	302.509	786.592	1.642.053	311.814	321.659	340.524	814.491	1.788.488
Dívidas em TR	0,21	Elevação em TR	21.380	33.482	20.591	4.782	80.235	26.770	42.507	27.168	9.089	105.534
Total vinculado a taxas de juros			<u>303.194</u>	<u>304.620</u>	<u>323.100</u>	<u>791.374</u>	<u>1.722.288</u>	<u>338.584</u>	<u>364.166</u>	<u>367.692</u>	<u>823.580</u>	<u>1.894.022</u>
Cenário Remoto > 50%												
Dívidas em CDI	18,98	Alta Elevação em CDI	308.394	288.478	302.509	786.592	1.685.973	343.499	347.586	346.986	819.234	1.857.305
Dívidas em TR	0,25	Alta Elevação em TR	21.414	33.718	21.009	5.108	81.249	26.803	42.743	27.586	9.415	106.547
Total vinculado a taxas de juros			<u>329.808</u>	<u>322.196</u>	<u>323.518</u>	<u>791.700</u>	<u>1.767.222</u>	<u>370.302</u>	<u>390.329</u>	<u>374.572</u>	<u>828.649</u>	<u>1.963.852</u>
Cenário Possível < 25%												
Dívidas em CDI	9,49	Redução em CDI	227.453	235.815	302.509	786.592	1.552.369	246.862	268.522	327.118	804.653	1.647.155
Dívidas em TR	0,12	Redução em TR	21.313	33.012	19.765	4.140	78.230	26.702	42.037	26.343	8.447	103.529
Total vinculado a taxas de juros			<u>248.766</u>	<u>268.827</u>	<u>322.274</u>	<u>790.732</u>	<u>1.630.599</u>	<u>273.564</u>	<u>310.559</u>	<u>353.461</u>	<u>813.100</u>	<u>1.750.684</u>
Cenário Remoto < 50%												
Dívidas em CDI	6,33	Redução em CDI	199.636	217.815	302.509	786.592	1.506.552	213.544	241.270	320.156	799.544	1.574.514
Dívidas em TR	0,08	Redução em TR	17.632	27.175	16.066	2.806	63.679	22.116	34.765	21.730	6.740	85.351
Total vinculado a taxas de juros			<u>217.268</u>	<u>244.990</u>	<u>318.575</u>	<u>789.398</u>	<u>1.570.231</u>	<u>235.660</u>	<u>276.035</u>	<u>341.886</u>	<u>806.284</u>	<u>1.659.865</u>

Impactos estimados nas dívidas da Companhia

Operação	Controladora					Consolidado				
	31.12.2024					31.12.2024				
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Possível - Cenário Provável										
Dívidas em CDI	26.975	17.551	-	-	44.526	32.204	26.348	6.620	4.858	70.030
Dívidas em TR	34	236	415	323	1.008	34	236	414	323	1.007
Total de impacto	<u>27.009</u>	<u>17.787</u>	<u>415</u>	<u>323</u>	<u>45.534</u>	<u>32.238</u>	<u>26.584</u>	<u>7.034</u>	<u>5.181</u>	<u>71.037</u>
Cenário Remoto - Cenário Provável										
Dívidas em CDI	53.555	34.891	-	-	88.446	63.889	52.275	13.082	9.601	138.847
Dívidas em TR	68	472	833	649	2.022	67	472	832	649	2.020
Total de impacto	<u>53.623</u>	<u>35.363</u>	<u>833</u>	<u>649</u>	<u>90.468</u>	<u>63.956</u>	<u>52.747</u>	<u>13.914</u>	<u>10.250</u>	<u>140.867</u>
Operação	Maiores que 5 anos					Maiores que 5 anos				
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
	(27.386)	(17.772)	-	-	(45.158)	(32.748)	(26.789)	(6.786)	(4.980)	(71.303)
Cenário Possível - Cenário Provável	(33)	(234)	(411)	(319)	(997)	(34)	(234)	(411)	(319)	(998)
Dívidas em CDI	<u>(27.419)</u>	<u>(18.006)</u>	<u>(411)</u>	<u>(319)</u>	<u>(46.155)</u>	<u>(32.782)</u>	<u>(27.023)</u>	<u>(7.197)</u>	<u>(5.299)</u>	<u>(72.301)</u>
Cenário Remoto - Cenário Provável										
Dívidas em CDI	(55.203)	(35.772)	-	-	(90.975)	(66.066)	(54.041)	(13.748)	(10.089)	(143.944)
Dívidas em TIR	(3.714)	(6.071)	(4.110)	(1.653)	(15.548)	(4.620)	(7.506)	(5.024)	(2.026)	(19.176)
Total de impacto	<u>(58.917)</u>	<u>(41.843)</u>	<u>(4.110)</u>	<u>(1.653)</u>	<u>(106.523)</u>	<u>(70.686)</u>	<u>(61.547)</u>	<u>(18.772)</u>	<u>(12.115)</u>	<u>(163.120)</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes e estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(3.442)	-	(78.339)	(71.677)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(24.595)	(12.795)	(36.941)	(4.327)
	<u>(28.037)</u>	<u>(12.795)</u>	<u>(115.280)</u>	<u>(76.004)</u>

O saldo líquido de imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	139.891	141.177	243.969	241.167
Outras adições temporárias	5.683	3.429	11.484	25.773
Ajuste de valor justo	-	-	-	10.688
Impostos diferidos - ativo	<u>145.574</u>	<u>144.606</u>	<u>255.453</u>	<u>277.628</u>
Diferenças temporárias (depreciação fiscal)	(213.496)	(178.892)	(316.366)	(281.872)
Linearização	-	(7.825)	(30.857)	(54.546)
Ajuste de valor justo	(1.730)	(1.731)	(5.178)	-
Impostos diferidos - passivo	<u>(215.226)</u>	<u>(188.448)</u>	<u>(352.401)</u>	<u>(336.418)</u>
Impostos diferidos líquido	<u>(69.652)</u>	<u>(43.842)</u>	<u>(96.948)</u>	<u>(58.790)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada pela Administração considerando as atuais informações macroeconômicas disponíveis no mercado. Atualmente, os créditos tributários estão sendo consumidos por meio do aumento do lucro tributável decorrente da redução significativa das despesas financeiras e melhora da performance de determinados ativos, as quais também foram consideradas como parte das premissas para a preparação desta projeção. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

A Companhia apresenta a projeção de realização dos créditos tributários conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado		
	Ano	%	Valor	%	Valor
2025	0%	-	4%	10.218	
2026	10%	14.557	12%	30.654	
2027	27%	39.305	24%	61.309	
2028	49%	71.331	40%	102.181	
2029	78%	113.548	58%	148.163	
2030	100%	145.574	74%	189.035	
2031			80%	204.362	
2032			86%	219.690	
Após 2032			100%	255.453	

Notas Explicativas

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	398.638	319.520	485.986	386.950
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(135.537)	(108.637)	(165.235)	(131.563)
Efeitos tributários sobre:				
Resultado da equivalência patrimonial	125.421	121.519	133	(522)
Diferença de base de cálculo para as empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	59.334	46.170
Exclusões (adições) permanentes e outros	(17.921)	(25.677)	(9.512)	9.911
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(28.037)	(12.795)	(115.280)	(76.004)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$3.030.451, dividido em 164.955.322 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R\$2.879.211 em 31 de dezembro de 2023 dividido em 181.843.316 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal). No mês de Junho de 2024, foi realizado um aumento de capital mediante a transferência de 100% das quotas do Fundo Venture Iguatemi, sem emissão de novas ações, conforme nota explicativa nº 7 (b) item (ii), desta forma, o capital social realizado da Companhia é de R\$3.000.036 (R\$2.848.796 em 31 de dezembro de 2023), devido ao registro de gastos com emissões de ações no valor de R\$30.415 em conta redutora de patrimônio líquido.

b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 200.000.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão, o preço e as condições de integralização.

Após o referido aumento de capital social e considerando o limite do capital autorizado, restam como saldo o valor de R\$101.820.

c) Reservas de capital

Ágio na emissão de ações

A Companhia destinou os valores de R\$393.111 e R\$58.971, decorrentes dos recursos obtidos com a abertura do capital, para a reserva de capital, conforme atas de reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 9 de fevereiro e 1º de março de 2007, respectivamente, perfazendo um total de R\$452.082. Em 31 de agosto de 2023 houve uma realização parcial de R\$ 172.761, conforme demonstrado em nota explicativa nº 08 (i). Desta forma o saldo passou para R\$ 279.321.

d) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, conforme estatuto social.

Notas Explicativas

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, que corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para a reserva legal e a proposta para a distribuição dos dividendos, visa, principalmente, atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão, modernização e manutenção dos shopping centers.

e) Dividendos

Política de dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 25% do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da Companhia.

Abaixo a constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, com base no resultado do exercício:

		31.12.2024
Lucro líquido do exercício		370.601
Constituição da reserva legal		18.530
Base da constituição dos dividendos		<u>352.071</u>
Dividendos mínimos obrigatórios		88.018

18. RESULTADO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Lucro básico por ação das operações (em R\$)	2,03	1,68
Lucro diluído por ação das operações (em R\$)	2,03	1,68

O resultado e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Resultado do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do resultado por ação	370.601	306.725
Quantidade média ponderada de ações para fins de cálculo do resultado por ação	181.843.316	181.843.316

Notas Explicativas

19. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

a) Seguro de riscos patrimoniais

A Companhia contratou seguro de riscos operacionais, que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades, com a Tókio Marine Seguradora S.A. (61%), Axa Seguros S.A. (19%) e Sompo Seguros S.A. (20%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$1.162.473, relativos aos danos materiais e lucros cessantes e o Shopping Pátio Higienópolis contratou o seguro de riscos operacionais também com a Tókio Marine Seguradora S.A. (70%), Axa Seguros S.A (15%) e Sompo Seguros S.A (15%), que prevê o limite máximo de indenização de R\$745.090 relativos aos danos materiais e lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de abril de 2025.

b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral

A Companhia e o Shopping Pátio Higienópolis possuem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades, contratado com a Sompo Seguros S.A. (100%). Tais apólices referem-se às quantias pelas quais a Companhia possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura estende-se até 28 de abril de 2025.

A importância segurada contratada pela Companhia terá o valor máximo de indenização de R\$13.500 e possui como principais coberturas: (a) shopping centers e condomínio; (b) estabelecimentos comerciais e/ou industriais: para os locais das holdings; (c) estabelecimentos de hospedagem, restaurante, bares, boates e similares; (d) responsabilidade civil do empregador; (e) obras civis de construção e/ou reforma de imóveis com adicional de: erro de projeto, cruzada e danos materiais / corporais ao proprietário da obra; (f) danos morais para todas as coberturas.

A importância segurada contratada pelo Shopping Pátio Higienópolis terá o valor máximo de indenização de R\$30.000 e possui como principais coberturas: (a) shopping centers e condomínio; (b) estabelecimentos comerciais e/ou industriais: para os locais das holdings; (c) estabelecimentos de hospedagem, restaurante, bares, boates e similares; (d) responsabilidade civil do empregador; (e) obras civis de construção e/ou reforma de imóveis com adicional de: erro de projeto, cruzada e danos materiais / corporais ao proprietário da obra; (f) responsabilidade civil de garagista: incêndio / roubo / alagamento de veículo para locais que não possuem sistema de valet e incêndio / roubo / colisão para os locais que possuem sistema de valet; (g) danos morais para todas as coberturas.

Notas Explicativas

20. RECEITA LÍQUIDA DE ALUGUÉIS E SERVIÇOS

A receita líquida de aluguéis e serviços está representado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Aluguéis	379.300	367.685	815.590	835.851
Estacionamento	71.370	66.724	210.856	194.944
Prestação de serviços	6.543	5.356	93.415	81.443
Operações de varejo (i)	-	-	166.886	141.519
Outros	-	57	-	368
Receita bruta de aluguéis e serviços	<u>457.213</u>	<u>439.822</u>	<u>1.286.747</u>	<u>1.254.125</u>
Impostos e deduções	(69.806)	(67.307)	(221.871)	(214.910)
Receita líquida de aluguéis e serviços	<u>387.407</u>	<u>372.515</u>	<u>1.064.876</u>	<u>1.039.215</u>

(i) Referem-se as receitas com vendas de mercadorias das operações de "iretail".

21. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidada por função. Conforme requerido pelas IFRSs, está apresentado, o detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas administrativas por natureza:

a) Controladora

	31.12.2024			31.12.2023		
	Custo dos serviços	Despesas administrativas	Total	Custo dos serviços	Despesas administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(47.602)	(19.473)	(67.075)	(43.701)	(17.678)	(61.379)
Pessoal	(21.738)	(48.042)	(69.780)	(20.077)	(44.640)	(64.717)
Remuneração baseado em ações	-	(15.795)	(15.795)	-	(14.411)	(14.411)
Serviços de terceiros	(12.181)	(17.106)	(29.287)	(11.515)	(16.918)	(28.433)
Fundo de promoção	(456)	-	(456)	(470)	-	(470)
Estacionamento	(13.623)	-	(13.623)	(17.797)	-	(17.797)
Outros	<u>(34.759)</u>	<u>(15.449)</u>	<u>(50.208)</u>	<u>(34.785)</u>	<u>(13.205)</u>	<u>(47.990)</u>
	<u>(130.359)</u>	<u>(115.865)</u>	<u>(246.224)</u>	<u>(128.345)</u>	<u>(106.852)</u>	<u>(235.197)</u>

b) Consolidado

	31.12.2024			31.12.2023		
	Custo dos serviços	Despesas administrativas	Total	Custo dos serviços	Despesas administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(135.835)	(34.822)	(170.657)	(134.763)	(24.899)	(159.662)
Pessoal	(37.578)	(55.350)	(92.928)	(40.497)	(52.611)	(93.108)
Remuneração baseado em ações	-	(15.795)	(15.795)	-	(14.411)	(14.411)
Serviços de terceiros	(10.344)	(17.419)	(27.763)	(6.436)	(16.257)	(22.693)
Fundo de promoção	(2.646)	-	(2.646)	(2.910)	-	(2.910)
Estacionamento	(38.142)	-	(38.142)	(40.388)	-	(40.388)
Operações de varejo (i)	(114.058)	-	(114.058)	(100.156)	-	(100.156)
Outros	<u>(39.462)</u>	<u>(16.515)</u>	<u>(55.977)</u>	<u>(50.362)</u>	<u>(14.302)</u>	<u>(64.664)</u>
	<u>(378.065)</u>	<u>(139.901)</u>	<u>(517.966)</u>	<u>(375.512)</u>	<u>(122.480)</u>	<u>(497.992)</u>

(i) Referem-se aos custos com as operações de "iretail"

Notas Explicativas

22. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro está representado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras:				
Juros ativos	4.427	1.565	9.886	7.834
Variações monetárias e cambiais ativas	2.057	46	20.484	13.353
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	121.362	99.295	150.562	141.795
Ganho na operação de swap (ii)	-	14.713	-	14.713
Outras receitas financeiras	1.575	2.151	3.841	5.297
	<u>129.421</u>	<u>117.770</u>	<u>184.773</u>	<u>182.992</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(78.856)	(78.779)	(112.743)	(129.886)
Encargos de debêntures	(162.489)	(224.010)	(162.489)	(224.010)
Impostos e taxas	(8.702)	(9.634)	(14.611)	(16.153)
Outras despesas financeiras	(4.043)	(5.576)	(17.605)	(12.582)
	<u>(254.090)</u>	<u>(317.999)</u>	<u>(307.448)</u>	<u>(382.631)</u>
Valor justo de instrumento de capital (iii)	-	(7.771)	-	(10.402)
	<u>(124.669)</u>	<u>(208.000)</u>	<u>(122.675)</u>	<u>(210.041)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a atualização das aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 04, itens (i), (iii) e (iv).
- (ii) Refere-se substancialmente ao resultado de “*return equity swap*”, conforme aprovação do Conselho de Administração.
- (iii) Refere-se a atualização de uma aplicação financeira ao valor justo, sendo que esta variação não é caracterizada como receita ou despesa financeira, conforme nota explicativa nº 04, item (ii).

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais são representadas, principalmente, por receitas de revendas de pontos, taxas de transferências de lojas e multas por rescisão de contratos de lojistas e vendas de outros ativos, enquanto que outras despesas operacionais são representadas, principalmente, por provisões para créditos de liquidação duvidosa. Além destas operações, ainda tivemos a venda do principal ativo gerido pelo FIP Venture Iguatemi (“FIP”), e as vendas do total da fração do Shopping Center Iguatemi São Carlos (“SCISC”) e a fração de 18% do Shopping Center Iguatemi Alphaville (“SCIAlpha”).

24. RELATÓRIO POR SEGMENTO

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia e suas controladas, apresenta o segmento de Shopping Centers cuja demonstração do resultado é o menor nível para fins de análise de desempenho do Grupo.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

- a) Plano de previdência complementar privada

A Companhia mantém plano de previdência complementar (contribuição definida) na Itaú Vida e

Notas Explicativas

Previdência S.A. Esse plano é opcional aos funcionários, e a Companhia contribui com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários.

A Companhia não possui nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

Em 31 de dezembro de 2024, a contribuição da Companhia atingiu o montante de R\$ 2.553 (R\$ 2.670 em 31 de dezembro de 2023).

b) Plano Iguatemi de Bonificação

A Companhia possui plano de bonificação atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais a todos os seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago aos empregados elegíveis foi de aproximadamente R\$ 19.676 (R\$ 17.014 em 2023).

c) Plano de remuneração baseado em ações

Em 28 de março de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia extinguiu o Plano de Opção de Compra de Ações aprovado por Assembleia anterior realizada em 08 de novembro de 2006, com manutenção da eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele e nos respectivos Programas. Também em 28 de março de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou novo Plano de Incentivo de Longo Prazo - Ações Restritas ("Plano"). O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Colaboradores Elegíveis, com vistas a, principalmente: (i) estimular a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (ii) estimular a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (iii) suportar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (iv) ampliar a atratividade da Companhia e de suas Controladas.

Programa de Ações Restritas

Programa de Outorga de ações restritas, a ser liquidado em instrumentos patrimoniais, submetido à condição de aquisição de carência de um ano, com "vesting" de (a) 1/3 do total das ações restritas outorgadas após o 1º (primeiro) ano, (b) 1/3 do total das ações restritas outorgadas após o 2º (segundo) ano; e (c) 1/3 do total das ações restritas outorgadas após o 3º (terceiro) ano. Este plano será contabilizado de acordo com a CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações e seu correspondente IFRS 2, que requer que a Companhia calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data de outorga. Não há preço de exercício a ser considerado. A correspondente despesa será reconhecida ao longo do período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor justo das ações concedidas foi estimado na data da concessão correspondente a cada plano e equivale à média do valor da ação dos pregões do mês anterior a concessão, período este adotado a fim de permitir a precificação e corte para cálculo do volume global dos programas, expurgado o valor referente aos dividendos, por ação.

Considerando a utilização do conceito de "matching", para cada Ação Restrita adquirida pelo participante, mediante a utilização das Verbas Autorizadas, poderá ser adicionalmente outorgado o múltiplo de até 6 (seis) Ações Restritas, respeitando-se os períodos de bloqueio e critérios deste Programa.

Notas Explicativas

Os critérios adotados para a escolha dos participantes e “matching” são: performance do ano anterior ao Programa; qualidade dos desafios estabelecidos para o ano anterior ao Programa (KPIs); potencial futuro do participante; e performance da empresa e expectativas para o futuro.

As quantidades outorgadas por lote estão descritas na tabela a seguir:

	Quantidade outorgada	Data de carência	Despesa Total do Plano 2022	Despesa acumulada do plano de 2022
Vesting 1º ano	216.733	01/05/2023	5.007	5.007
Vesting 2º ano	216.733	01/05/2024	4.780	4.780
Vesting 3º ano	216.798	01/05/2025	2.504	2.504
Total	650.265		12.291	12.291

	Quantidade outorgada	Data de carência	Despesa Total do Plano 2023	Despesa acumulada do plano de 2023
Vesting 1º ano	295.632	01/05/2024	6.387	5.086
Vesting 2º ano	295.632	01/05/2025	6.096	4.854
Vesting 3º ano	295.721	01/05/2026	3.194	2.543
Total	886.985		15.677	12.483

	Quantidade outorgada	Data de carência	Despesa Total do Plano 2024	Despesa acumulada do plano de 2024
Vesting 1º ano	298.380	01/05/2025	7.000	2.852
Vesting 2º ano	298.380	01/05/2026	6.682	2.722
Vesting 3º ano	298.470	01/05/2027	3.500	1.426
Total	895.230		17.182	7.000

O valor referente ao plano de incentivo de longo prazo registrado em 31 de dezembro de 2024 foi R\$ 15.795 (2023 R\$ 14.411), conforme nota explicativa nº 22.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou um aumento de capital no montante de R\$ 151.240, referente um investimento de 100% das quotas do Fundo Venture Iguatemi, conforme nota explicativa nº 6 (b) item (ii). Neste mesmo período foram realizadas as vendas do total da fração do Shopping Center Iguatemi São Carlos (“SCISC”) e a fração de 18% do Shopping Center Iguatemi Alphaville (“SCIAlpha”), no total de R\$ 205.000, sendo que R\$ 96.884 serão recebidos conforme fluxo financeiro. Em decorrência dessas transações não envolver numerários, a Companhia não apresentou os respectivos efeitos nas demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Iguatemi Empresa De Shopping Centers S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução do valor recuperável das propriedades para investimento

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.12 e nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, os saldos de propriedades para investimento, que são registradas ao valor de custo, deduzido das depreciações acumuladas, totalizam R\$4.030.672 mil no Consolidado. A Companhia e suas controladas suportam a realização desses ativos por meio de estimativas de suas rentabilidades futuras e geração de caixa, preparadas pela diretoria, com base em seu julgamento e suportada pelo plano de negócios e orçamento, aprovados pelos órgãos de governança corporativa. Tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança da Companhia. Devido à materialidade dos saldos, bem como à utilização de premissas internas subjetivas e de mercado para definição do valor recuperável dos ativos, o que envolve julgamento pela diretoria, o assunto foi considerado área de foco de nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia em relação à elaboração e às revisões dos testes do valor recuperável dos ativos; (b) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria e na avaliação das principais premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável das propriedades para investimento da Companhia; (c) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das principais premissas utilizadas na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia e comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela diretoria na elaboração de seu plano de negócios e com outras estimativas efetuadas pela Companhia; (d) a verificação da exatidão dos cálculos matemáticos das projeções; (e) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento das projeções de fluxo de caixa; (f) a comparação do valor recuperável adotado pela diretoria, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil das propriedades para investimento; e (g) a avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita de aluguel

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.5 e nº 20, a Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de aluguéis pelo método linear durante o período dos arrendamentos de suas propriedades para investimento. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse dos ativos. Para as receitas de aluguéis, os contratos de locação de forma geral estabelecem que os locatários devem pagar o maior valor entre um mínimo contratual estipulado e uma variável, calculado por meio de um percentual sobre as vendas de cada

estabelecimento. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, as receitas de aluguéis mínimos, considerando eventuais efeitos de carências, descontos entre outros e excluindo os efeitos inflacionários, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato, e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido. Dessa forma, devido ao volume de contratos vigentes, consideramos o reconhecimento da receita como um assunto em foco de nossa auditoria, pois os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem cláusulas contratuais específicas e cálculos sistêmicos para a determinação do valor da receita do contrato e o período do seu reconhecimento e, neste cenário existe o risco de o cálculo de linearização não corresponder de maneira coerente as transações e/ou normas contábeis vigentes.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de reconhecimento de receitas de aluguel, (b) testes documentais em bases amostrais, incluindo o exame dos respectivos contratos; e (c) recálculo dos valores do reconhecimento da receita, observando os períodos adequados de competência ao longo do ano e dos períodos contratuais; e (d) a avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, identificamos deficiências de controles internos relacionadas ao reconhecimento da receita de aluguéis que nos levaram a ampliar a extensão e a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos as receitas reconhecidas oriundas de contratos de arrendamentos operacionais, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos tributos diferidos ativos

Conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado de tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, cujo reconhecimento e realização estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros, é de R\$255.453 mil no Consolidado. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento significativo na determinação da projeção de lucros futuros. Devido à materialidade dos saldos, bem como à utilização de premissas internas subjetivas e de mercado para definição da projeção de lucros tributáveis futuros, o que envolve grau elevado de julgamento da Diretoria, o assunto foi considerado área de foco de nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia em relação à elaboração e às revisões da projeção de lucros tributários futuros; (b) a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente; (c) a avaliação das principais premissas e metodologia usadas pela Companhia para a elaboração das projeções dos lucros tributáveis futuros e de ajustes por diferenças permanentes e temporárias que fazem parte da determinação do lucro tributário, planejamentos tributários, alíquotas dos tributos e os cálculos aritméticos; (d) a comparação de certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos de Governança da Companhia; (e) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; e (f) a revisão das divulgações efetuadas na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e normas expedidas pela CVM e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ribas Gomes Simões
Contador
CRC nº 1 SP 289690/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Sra. Cristina Anne Betts, na qualidade de Presidente da Companhia e o Sr. Guido Barbosa de Oliveira, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores declaram que, em conformidade do inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025.

Cristina Anne Betts
Presidente

Guido Barbosa de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Sra. Cristina Anne Betts, na qualidade de Presidente da Companhia e o Sr. Guido Barbosa de Oliveira, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores declaram que, em conformidade do inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, revisaram, discutiram e concordaram com o relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025

Cristina Anne Betts
Presidente

Guido Barbosa de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores